

PONTIFÍCIA UNIVERISDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MEMÓRIAS RECOMPONDO TEMPOS E ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO –
Bom Jesus/RS (1913-1963)

LUCIANE SGARBI SANTOS GRAZZIOTIN

Porto Alegre
2008

LUCIANE SGARBI SANTOS GRAZZIOTIN

**MEMÓRIAS RECOMPONDO TEMPOS E ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO –
Bom Jesus/RS (1913-1963)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Professora Orientadora: Dr^a. Maria Helena
Câmara Bastos

Professora Co-orientadora: Dr^a. Maria Helena
Menna Barreto Abrahão

Porto Alegre

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G785m Grazziotin, Luciane Sgarbi Santos
Memórias reconpondo tempos e espaços da
educação – Bom Jesus/RS (1913-1963). / Luciane
Sgarbi Santos Grazziotin. – Porto Alegre, 2008.
2 v.

Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de
Educação, PUCRS.

Orientação: Profa. Dra. Maria Helena Câmara
Bastos.

Co-orientação: Profa. Dra. Maria Helena Menna
Barreto Abrahão.

Obra em 2 volumes.

1. Educação. 2. Educação – Rio Grande do Sul –
História. 3. Bom Jesus – Memórias. I. Bastos, Maria
Helena Câmara. II. Título.

CDD 370.98165

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

LUCIANE SGARBI SANTOS GRAZZIOTIN

**MEMÓRIAS RECOMPONDO TEMPOS E ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO
Bom Jesus/RS (1913-1963)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

COMISSÃO EXAMINADORA

Dr. Rogério Fernandes – Universidade de Lisboa

Dra. Maria Teresa Santos Cunha – UDESC

Dra. Beatriz Daudt Fischer – UNISINOS

Dr^a. Maria Stephanou – UFRGS

Dr. Marcos Vilela Pereira – PUCRS

Porto Alegre, 11 de Julho de 2008.

Agradeço...

...aos meus avós maternos Lilo e Anita, *in memoriam*, pelo esforço que fizeram para que seus filhos pudessem estudar e se formar; pelo exemplo de vida que deixaram para seus netos.

...aos meus pais, Enor e Lucila com os quais eu aprendi a ir sempre até o fim, nunca deixando nada pela metade. Obrigada pelo carinho, apoio e incentivo.

...à minha irmã Jaqueline, por descontrair os momentos de tensão, pelo apoio e pela solidariedade, momentos de compartilhamento que são únicos entre irmãos.

...à Professora Lucila, não como minha mãe, mas como professora e pesquisadora, pelo exemplo de tenacidade, perseverança e obstinação, por ter apostado e trabalhado em prol de um projeto do qual se originou esta pesquisa. Por ter sido incansável em me auxiliar sempre a encontrar documentos, a descobrir novas fontes a não desistir de procurar. Foram suas idéias e ideais que viabilizaram essa tese.

...ao meu marido Marcelo, companheiro inteligente e espirituoso que soube me fazer rir nas horas de maior angústia, me fazer superar as incertezas nas horas de tensão, me fazer parar, quando eu não percebia que era o momento e, sobretudo, pelo amor, carinho e apoio sem os quais esse caminho teria sido mais pesado. Por saber respeitar minha necessidade de solidão, sem a qual não teria sido possível a imersão necessária para a realização desse trabalho.

...à minha orientadora Maria Helena Câmara Bastos que foi muito além, no seu papel de orientadora. Pelas discussões e trocas de idéias, pela paciência na escuta de minhas incertezas, pela leitura atenta, pelo empenho com que me estimulou e auxiliou tornando possível a realização de parte do meu doutorado em Portugal. Ainda pela disponibilidade com que colaborou e incentivou em todos os momentos de minha formação como pesquisadora e professora universitária.

...à professora Maria Helena Menna Barreto Abrahão por ter aceitado a co-orientação desta tese.

...ao professor Rogério Fernandes, meu orientador em Portugal, pelo acompanhamento criterioso de meus escritos, pela leitura ponderada e atenta, pelas discussões teóricas enriquecedoras que proporcionaram momentos de aprofundamento teórico e reflexão, pelas sugestões bibliográficas, mas principalmente pelo seu afeto, seu sorriso brincalhão e sua disponibilidade de me receber como orientanda.

...à professora Maria Stephanou que me acolheu com generosidade nos seus seminários ministrados na UFRGS, os quais foram fundamentais para minha formação e realização dessa pesquisa. Aos seus orientandos, colegas desses seminários. Sobretudo à Carla, à Larissa, ao Claudemir, à Eliana, à Lili, à Geane e à Doris, pelas trocas de materiais, discussões teóricas, pelo compartilhamento de saberes, de sites, de referências bibliográficas, pela parceria acadêmica, mas sobre tudo pela amizade e companheirismo cultivados nesse tempo de estudos.

...à PUCRS, em especial ao PPGE, o qual me recebeu e do qual fiz parte durante esses anos e que muito contribuiu para minha formação.

...às professoras Maria Theresa, Maria Stephanou e Beatriz por terem aceitado participar da minha banca de qualificação e de defesa. Por suas intervenções abalizadas, pela leitura atenta e criteriosa, pelas contribuições ímpares, que foram fundamentais para a continuidade da pesquisa, para minha formação como pesquisadora e principalmente pelo exemplo de pesquisadoras que são.

.. às minhas queridas amigas e colegas de trabalho Márcia, Maria Christine e Gisele, que tornaram mais leve essa etapa da minha vida. Esse processo de escrever uma tese e trabalhar em outra cidade foi possível graças ao teu ombro, à tua organização e tuas caronas Christine, ao teu carinho, tua ponderação e leituras atentas Márcia; ao teu bom-senso, tua clareza e às “seções de terapia” Gisele.

...à minha cunhada Elaine pela leitura criteriosa e pelas correções abalizadas, pela troca de idéias e por me socorrer nas emergências.

...às minhas primas, um pouco irmãs, Patrícia, Anelise, Loiva e Crissiane, pelo carinho e afeto que sempre me dedicaram com as quais partilhei muitos momentos dessa trajetória.

...à Professora Rosa Maria Rosa, Maria Leda Costa Viana, Fátima Salvador Borges e ao seu marido Eduardo Silva Borges. Por me receberem em suas casas, esclarecerem dúvidas e pelo empréstimo de documentos e fotografias de seus acervos particulares, fundamentais nessa pesquisa.

...à Secretaria de Educação e Cultura do Município de Bom Jesus, pelo acesso à documentação, muitas vezes fora do horário expediente, em especial à professora Neiva Brito pelo auxílio na tarefa de organizar e disponibilizar a documentação atual.

...à Escola Estadual de Ensino Fundamental Conde de Afonso Celso em especial à sua diretora Carli Varela por disponibilizar o acervo documental ainda em fase de organização.

...à CAPES, pela bolsa concedida no período de estudos realizado em Lisboa.

...à Universidade de Caxias do Sul, pelas horas de pesquisa concedidas, em especial a Professora Corina Michelom Dotti pelo apoio e pela compreensão em diferentes momentos desse percurso.

RESUMO

O estudo inventaria e analisa a história da educação da cidade de Bom Jesus, localizada no interior do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1913, data de emancipação do município e 1963, comemoração do seu cinquentenário. As memórias reunidas no *Acervo Municipal de Memória Oral* são utilizadas como documentos de pesquisa. Memórias coletadas em decorrência de um projeto iniciado em 1990 que, construiu lugares de memória e ampliou as possibilidades de história. A pesquisa selecionou trinta sujeitos cujas narrativas, falam, entre outros aspectos, da educação institucionalizada no município, revelando práticas e formas de constituir espaços de educação na Cidade em épocas onde a escolarização era escassa em todo o Estado. Através das memórias e de outros documentos, são analisadas as categorias: política, religião, trabalho, estudo e relações de gênero, que emergiram das narrativas, possibilitando circunscrever um passado e historicizar o cotidiano da educação nessa cidade, no período compreendido entre 1913 e 1963. Utilizando a História Oral como metodologia, analisaram-se os discursos e conteúdos referentes ao ato memorialístico, as lembranças e os esquecimentos de um passado e a possibilidade de construção de uma história da educação desse lugar, nesse tempo a partir dos lugares de memória criados pelo Projeto. A pesquisa conclui que a história da educação, aqui construída, só foi possível pelo esforço de concentrar e guardar objetos e memórias orais em lugares de acesso público. Não traz uma verdade inequívoca, mas cria um regime de verdade a partir dos indícios pesquisados. Os pontos de contato entre as memórias orais propiciam a permanência do tempo necessário para que exista uma memória coletiva e, a partir dela, uma história. A sociedade de Bom Jesus recordou quando construiu lugares para colocar a memória; educou quando instituiu práticas para superar a carência de escolas e construir espaços de escolarização, em alguns casos, independentes de instituições públicas ou privadas.

PALAVRAS-CHAVES: memória, cidade, História da educação e lugares de memória

ABSTRACT

This work inventorizes and analyzes the history of education in Bom Jesus, in the interior of Rio Grande do Sul, between 1913, when the town was emancipated, and 1963, the celebration of its fiftieth anniversary. The memories reunited in the *Acervo Municipal de Memória Oral* (Municipal Estate of Oral Memory) are used as a source for research. Memories collected as a result of a project started in 1990, which built up places of memory and amplified the possibilities of history. The research selected thirty subjects who, in their narratives, talked, among other aspects, about the institutionalized education in the county, revealing practices and ways of building educational spaces in town in a time when education was scarce in the whole State. Through the memories and other documents, these categories are analyzed: politics, religion, work, education and gender relations, that have emerged from the narratives, what made possible to cover a past and to historicize the everyday education in this town between 1913 and 1963. Using Oral History as a methodology, we analyzed the discourses and the contents that referred to the memorialistic act, the recollections and the forgotten issues of a past and the possibility of building a history of education in this place, in this time, from the places of memory created by the Project. The research deduces that the history of education constructed here was only possible because of the effort of concentrating and keeping objects and oral memories in places of public access. This doesn't bring an unequivocal truth but creates a state of truth from the researched evidences. The points of contact amongst these oral memories provide the stay of the necessary time to exist a collective memory and, from it, a history. The society of Bom Jesus recorded when built places to put memory in; educated when instituted practices to overcome the shortage of schools and to build educational spaces, in many cases independent of public or private organizations.

KEYWORDS: memory, city, history of education, places of memory

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa dos Municípios do Campo da Serra Gaúcha	12
FIGURA 2: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Museu, Arquivo Municipal, Acervo de memória oral e Biblioteca Pública Municipal de Bom Jesus.	27
FIGURA 3: Acervo de Memória Oral, fitas-cassetes e CDs	35
FIGURA 4: Arquivo Público Municipal de Bom Jesus, acervo de fotos e documentos.....	38
FIGURA 5: Biblioteca Pública Municipal de Bom Jesus	39
FIGURA 6: Museu e Casa do Artesão Joana De Boni	44
FIGURA 7: Comemoração do Cinquentenário do Município de Bom Jesus	47
FIGURA 8: Frei Getúlio – (Romano Lino Toigo).....	56
FIGURA 9: Desfile do Cinquentenário do Município de Bom Jesus. Carros Alegóricos das escolas Conde de Afonso Celso e Ginásio Nossa Senhora das Graças, respectivamente.....	57
FIGURA 10: Caderno de chamada da professora Vivilli da Silva Hozuchovski, 1914.	148
FIGURA 11: Lista de alunos do caderno de chamada da professora Vivilli da Silva Hozuchovski, 1914.....	148
FIGURA 12: Caderno de chamada da professora Serafina Maria da Silva 1915....	149
FIGURA 13: Caderno de chamada da professora Serafina Maria da Silva 1915....	149
FIGURA 14: Maria Irene e Maria Inês Ramos.....	153
FIGURA 15: Eduardo Ganz.....	153
FIGURA 16: Caderno de chamada da “aula no Pascoal”, professor Ladislau Tietböhl.	155
FIGURA 17: Mapa do município de Bom Jesus, 1940, com as aulas e suas respectivas localizações no interior.....	157
FIGURA 18: Grupo Escolar Bom Jesus, 1923.	162
FIGURA 19: Grupo Escolar Bom Jesus, segundo prédio onde funcionou a escola, 1930.	165
FIGURA 20: Grupo Escolar Bom Jesus, Clube 16 de Julho, 1936.....	165
FIGURA 21: Cerimônia de colocação da Pedra Fundamental da construção do Grupo Escolar Bom Jesus.....	166

FIGURA 22: Grupo Escolar Conde de Afonso Celso	167
FIGURA 23: Exposição de Trabalhos Manuais, 1938.	170
FIGURA 24: Campanha contra o Alcoolismo.	171
FIGURAS 25 e 26: Desfile de 7 de Setembro de 1949.	172
FIGURA 27: Primeira Comunhão, Escola Duque de Caxias.	179
FIGURA 28: Professoras do Grupo Escolar Conde de Afonso Celso em 1946.	183
FIGURA 29: Escola Duque de Caxias, Professor João Telatin, sua esposa e também professora, Dona Lucrecia e alunos.	186
FIGURA 30: Escola Eduardo Ganz, que funcionava no Centro Espírita.	188
FIGURA 31: Desfile de 7 de setembro, alunos da Escola Eduardo Ganz.	189
FIGURA 32: Alunos do Conservatório Musical Carlos Gomes do Colégio Nossa Senhora de Fátima, conhecido como Colégio das Irmãs.	191
FIGURA 33: Diploma do curso de piano do Conservatório Musical Carlos Gomes.	191
FIGURA 34: Professor e Pastor Darcy Bauer	194
FIGURA 35: Igreja Luterana e espaço onde funcionou a Escola Luterana.	194
FIGURA 36: Inauguração do Ginásio Nossa Senhora das Graças	206
FIGURA 37: Comemoração do Cinquentenário do Município de Bom Jesus	218

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: Sujeitos selecionados no Acervo de memória oral (AMO).....	86
QUADRO 2: Registros das atas dos exames – (1927/1929)	115
QUADRO 3: Relação de professores que ministraram aulas em casa entre as décadas de 1910 até 1930.....	144
QUADRO 4: Primeiros professores estaduais nomeados para Bom Jesus	152
QUADRO 5: Escolas criadas e extintas no interior do município de Bom Jesus entre os anos de 1940-1963.....	159
QUADRO 6: Professores municipais e estaduais que ministraram aulas avulsas. .	160
QUADRO 7: Relação de trabalhos apresentados na 1 ^o Exposição de trabalhos manuais/1927.....	169
QUADRO 8: Primeira comunhão realizada na paróquia no ano de 1944	181
QUADRO 9: Escolas que funcionaram na sede do município de Bom Jesus/ 1913 – 1963.	207

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ROMAGEM DO TEMPO E DA MEMÓRIA	18
2.1 EVOCANDO LEMBRANÇAS, (RE)CONSTRUINDO UMA TRAJETÓRIA	18
2.2 A TRAJETÓRIA DE UM PROJETO E OS “LUGARES DE MEMÓRIA” NA CIDADE.....	26
3 VOZES E PAPÉIS: ESCOLHAS PARA A MEMÓRIA E PARA A HISTÓRIA.....	46
3.1 UM CENÁRIO POSSÍVEL.....	46
3.2 DIMENSÕES DA MEMÓRIA.....	62
3.3 ACERVO DE MEMÓRIA E CAMINHOS DA PESQUISA	76
4 CIDADE, TEMPO E MEMÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM BOM JESUS/(1913-1963).....	93
4.1 A CIDADE, AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A EDUCAÇÃO.....	93
4.2 VIDAS DE PROFESSORES, TEMPOS E CONTRATEMPOS.....	119
4.3 AULAS COM PROFESSORES EM CASA	132
4.4 AULAS AVULSAS	145
4.5 ENFIM UMA ESCOLA: O GRUPO ESCOLAR.....	161
4.6 MOVIMENTOS DA COMUNIDADE E OUTRAS ESCOLAS	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	219
ANEXOS	231

1 INTRODUÇÃO

Este é um estudo sobre a história da educação do município de Bom Jesus entre os anos de 1913 e 1963. Para rastrear uma história possível, essa pesquisa baseou-se em documentos orais, narrativas decorrentes de um projeto desenvolvido na Cidade, que coletou memórias e criou espaços para depositá-las.

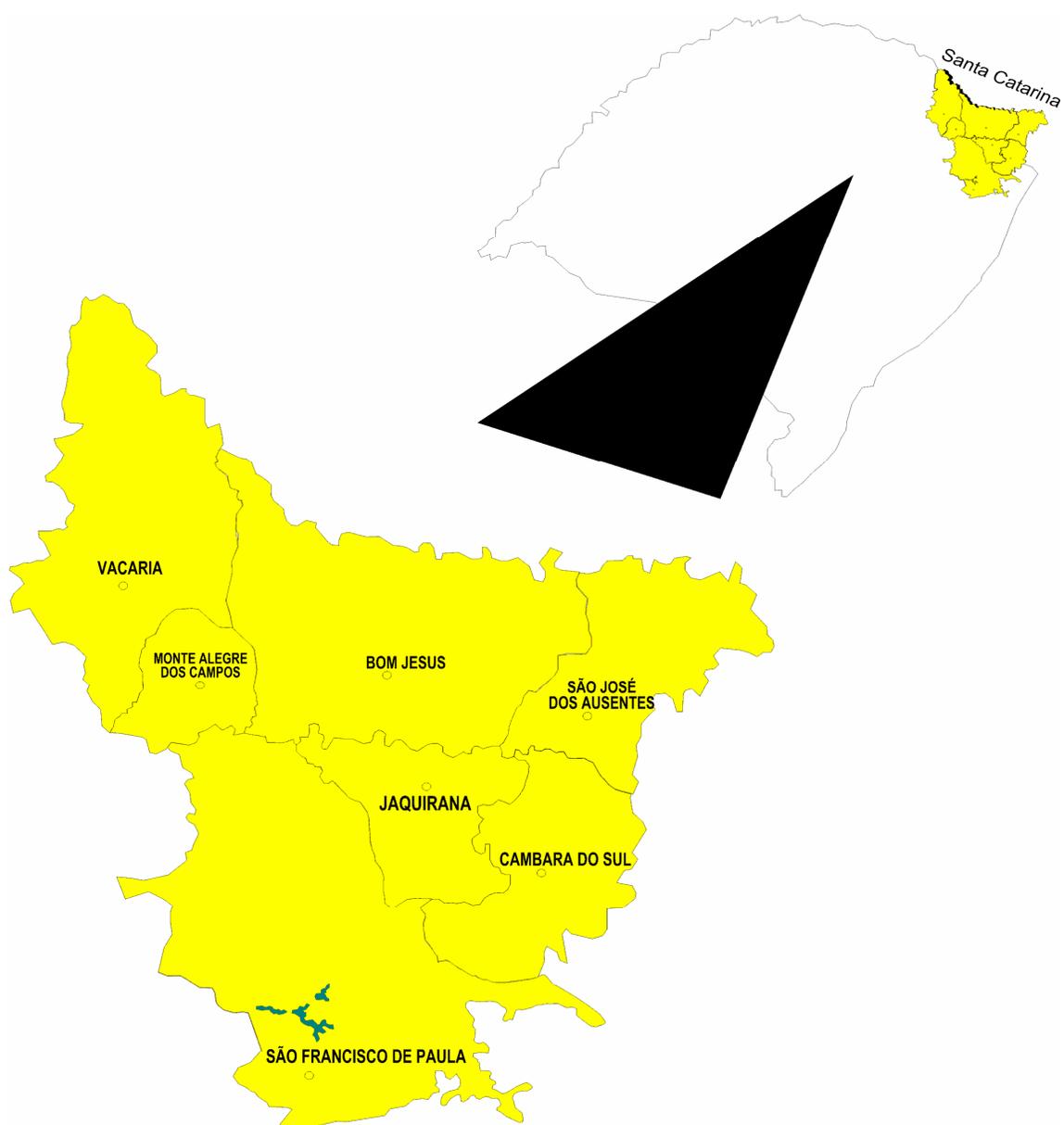


FIGURA 1: Mapa dos Municípios do Campo da Serra Gaúcha
Fonte: Mapa confeccionado pela *web design* Rosecler Fiore da Universidade de Caxias do Sul.

Saber um pouco sobre o espaço geográfico, a região dessa investigação, auxilia a compreensão da pesquisa e da intrincada rede que se estabelece quando se fala em história da educação de uma cidade, nesse caso a cidade de Bom Jesus.

O município está localizado na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, faz fronteira com o estado de Santa Catarina e com mais seis municípios. Compõe os chamados Campos de Cima da Serra, espaço essencialmente rural até os dias de hoje.

No final do século XIX e início do século XX, o meio rural no interior do Rio Grande do Sul era praticamente desabitado; os fazendeiros e/ou seus empregados viviam afastados entre si. “As fazendas eram [...] distanciadas umas das outras, obrigando-os a viver isolados com seus problemas, resolvendo-os por si mesmos formando verdadeiros clãs” (ABREU, 1977, p. 9).

Embora os municípios dos Campos de Cima da Serra não compartilhem das características da Fronteira Oeste ou Metade Sul do RS no que se refere aos grandes latifúndios, essa hierarquia de dono da terra e trabalhador rural é perceptível àqueles que têm contato com a história dos municípios pertencentes àquela região¹. Os camponeses, que foram os primeiros habitantes, certamente viveram isolados e sujeitos aos donos das propriedades em acordo com a matriz de oligarquia rural do estado e do País.

Os povoados nascem pela necessidade dos cidadãos de compartilhar espaços. Por diferentes motivos, homens e mulheres deixam a vida isolada do campo e escolhem fixar moradia perto uns dos outros, formando, com o tempo, as cidades, espaço que enfatiza a demanda por instrução. Esta temporalidade, a da tomada do espaço urbano de Bom Jesus, está entrelaçada, historicamente, com os projetos do Estado e do País no que diz respeito ao lugar que a educação terá no desenvolvimento da sociedade.

O final do século XIX evidencia um projeto de modernização do país “em decorrência de um contexto mundial devido à nova estrutura produtiva que se

¹ Sobre os municípios da região, ler: BARROSO, Véra Lucia Maciel et. al. *Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí*. Porto Alegre: EST, 1992 (Os 3 raízes foram publicados em um só volume, que foi o 1º da série *Raízes*); BARROSO, Véra Lucia Maciel et. al. *Raízes de Vacaria I*. VII encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1996; BARROSO, Véra Lucia Maciel et. al. *Raízes da Cambará do Sul*. Porto Alegre: EST, 2007 (No Prelo); BARROSO, Véra Lucia Maciel et.al. *Raízes de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST, 1993 (No Prelo).

desenvolve na Europa central” (CORSETTI, 1998, p. 4). Segundo essa autora, no Rio Grande do Sul, o processo de modernização se constitui na expressão da modernidade² republicana, na expansão do ensino; portanto, na implementação de escolas³, que nos países desenvolvidos já se havia iniciado de forma definitiva, desde a metade do século XIX. Por ser uma região rural, o processo de institucionalização da educação, e conseqüente escolarização, nela se desenvolveu tardiamente.

Segundo Werle, a instrução pública, no início do século XX, nas regiões rurais, era tratada com indiferença.

[...] seja em decorrência da restrita sistematização e ambigüidade que o conhecimento pedagógico e referente à sistematização da educação, apresentava, seja pela pouca importância dada ao setor rural visto como composto por população de pobres às quais uma instrução mínima era suficiente [...] do que resultava a invisibilidade de necessidades, requisitos [...] e normas específicas para a instrução em distritos rurais. (2005, p. 100)

Assim, o problema da falta de escolas, visível em todo o estado, no início do século XX, é agravado nas regiões rurais, pela distância dos centros maiores, falta de profissionais qualificados e – fundamentalmente – em função da falta de políticas públicas que atendessem às demandas de escolarização.

A pesquisa aqui desenvolvida, além de contar uma história da educação do município de Bom Jesus, deixa ver o desenvolvimento da cidade, na medida em que possibilita o contato com as lembranças de sujeitos que, através de suas memórias, contam sobre a cidade: seus movimentos, suas instituições, circulação de idéias e ideais em diferentes dimensões. Demarca, assim, um processo que viabiliza outras formas de organização da comunidade.

Em Bom Jesus, percebe-se – no decorrer da investigação – que a estruturação do sistema escolar se mescla, como em outras cidades brasileiras, com

² A palavra Modernidade, nesta pesquisa, será empregada no conceito clássico que carrega os marcos da sociedade ocidental desde o século XVIII. Foi industrial e foi científica. Sua forma e política foi estado-nação; atribuiu um papel sem precedentes à economia e ao crescimento econômico, tendo como filosofia de trabalho o racionalismo. Para aprofundamento cf.: HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa: Dom Quixote, 1990.

³ O processo de implantação de uma escola pública, universal e gratuita, que nos países mais desenvolvidos já se havia iniciado de forma definitiva, desde a metade do século XIX, principia no Brasil com 100 anos de atraso, mesmo assim em regiões onde se intensificaram as relações de produção capitalista (ROMANELLI, 2005).

o desenvolvimento do espaço urbano, sendo atravessado por especificidades geográficas e culturais tais como localização, relevo, tipo de colonização entre outros.

Essa investigação tem o objetivo de inventariar e analisar as práticas, desenvolvidas numa cidade do interior do Rio Grande do Sul, originadas pela carência de espaços de escolarização, entre os anos de 1913 e 1963, bem como os processos de desenvolvimento da educação institucionalizada. O estudo analisa os traços, gestos, indícios que sobreviveram ao tempo e que suscitam, certamente, mais problematizações do que respostas, mas permitem a atribuição de outros significados e entendimentos para a História, além daqueles postulados pela análise dita tradicional. Quando ao tempo de abrangência, parte do ano de emancipação do município e percorre 50 anos de história da educação a partir do Projeto “Resgatando nossas raízes”⁴ (PRNR, ANEXO A) que, entre outras ações, se propôs a coletar memórias e a construir espaços para guardá-las.

No contexto pesquisado, vários elementos compõem o processo de institucionalização da educação. Esses dizem respeito à religião, política, ao estudo, ao trabalho e às relações de gênero. A relação entre eles vai, ao longo da investigação, tecendo um cenário de educação, em que algumas especificidades culturais, que permeiam sua constituição, se interligam às políticas estaduais e nacionais.

A referência a “especificidades culturais” não está vinculada a uma cultura única; traz, portanto, um sentido que não engloba totalidade, pois, de acordo com Chartier, descrever uma cultura no sentido de “[...] compreender a totalidade das relações que nela se encontram entrelaçadas, o conjunto das práticas que nela exprimem as representações do mundo, do social ou do sagrado [...] é tarefa impossível” (2004, p. 18). O objetivo, portanto, é indicar tanto aspectos comuns como particularidades desse município e compreender os entrelaçamentos que constituem a educação, num meio geográfico específico, com suas características.

Na cidade de Bom Jesus, o desenvolvimento da educação institucionalizada, está relacionado aos interesses da população em busca da ampliação do ensino e reflete algumas marcas deste local, estando mediado não só pela escola, espaço delimitado, mas por outros espaços como: a casa de pais, esses, mediante a contratação de um professor, recebem outras crianças além de seus filhos; a casa

⁴ Explicitado no item 1.2.

de professores, que hospedam os alunos de lugares distantes; as casas de famílias, onde muitas crianças “param” com o objetivo de freqüentar uma aula próxima.

Essas formas e maneiras de criar e gerir espaços, de modo geral, seguem os pressupostos de uma sociedade capitalista. Essa comunidade, à medida que organiza o saber de diferentes formas, determina as concepções de vida na cidade e as prioridades que serão assumidas, no decorrer de seu desenvolvimento, em termos de educação.

As práticas observadas são identificadas nos pais, professores e alunos e traduzem, em alguns casos, formas específicas de conceber o ensino, produzindo um legado de cultura escolar próprio da região. Entendendo cultura escolar como:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas finalidade religiosa, sociopolítica ou simplesmente de socialização. (JULIA, 2001, p. 12)

O período do estudo é atravessado por questões políticas em diferentes níveis, que podem ser observadas nos documentos, permitindo uma aproximação, em certos momentos, do contexto dessa cidade com a esfera nacional e estadual. Essa aproximação emerge das memórias da cidade que chegam aos nossos dias “captadas pela história” (NORA, 1984, p. xxxvi).

O primeiro capítulo traz a minha trajetória como professora, percorrendo o caminho até esta investigação. Tem, nas memórias de outros, a possibilidade de constituir a história da educação, da cidade de Bom Jesus, fundamentada no conceito de memória coletiva desenvolvido por Halbwachs (2004). A seguir apresenta o projeto “Resgatando nossas raízes”, seu desenvolvimento e as ações de sua idealizadora, demarcando algumas possibilidades instituídas por ele em termos de acervo de documentos da Cidade.

O capítulo dois se refere aos papéis e às vozes, aos documentos utilizados na investigação e aos caminhos percorridos para realizá-la. O percurso inicia pelo “Panfleto do cinqüentenário de Bom Jesus”, através do qual foi possível construir um cenário para o tempo pesquisado, seguido da teorização sobre memória oral como fonte e História Oral como metodologia.

No último capítulo, faço a análise dos dados partindo dos depoimentos orais, das atas de diferentes instituições, dos livros-pontos e demais registros referentes à educação da cidade. Essa análise segue os caminhos da escolarização em certa ordem cronológica, porém a prioridade é para as narrativas e categorias estabelecidas, que “contam” uma História, mais do que a obedecem à ordem cronológica dos fatos. Inicia com as relações de gênero e sua interlocução com a educação. Nesse sentido, pretende determinar os caminhos da escolarização no município de Bom Jesus, baseada na construção de uma mentalidade a respeito dos significados que essa comunidade partilha sobre a importância do “estudo”, demarcando, em certa medida, o lugar dos homens e mulheres no processo. Segue, contando a vida de alguns professores que iniciaram sua trajetória profissional no município, as modificações e atravessamentos pelos quais passou a carreira do magistério no período.

Desenvolve-se assim a pesquisa, no sentido de compor uma história da educação possível a partir dos espaços a ela delegados, na urbanidade de Bom Jesus, nos “lugares de memória” construídos pelo PRNR. É possível, assim identificar alguns entrelaçamentos a partir das memórias coletadas de quem ali nasceu e/ou se educou.

2 ROMAGEM DO TEMPO E DA MEMÓRIA

As memórias que registram fatos, eventos ou conhecimentos são chamadas declarativas, porque nós seres humanos, podemos declarar que existimos e podemos relatar como as adquirimos. (IZQUIERDO, 2002, p.22)

Romagem, por definição, é uma peregrinação, uma viagem por algum caminho, um período, um espaço de tempo. É, portanto, em uma espécie de viagem, de peregrinação, que se pretende traçar aqui, a partir de alguns caminhos no tempo: meu caminho até chegar às memórias do Arquivo Municipal de Bom Jesus; tempos da cidade, tempo e percurso das narrativas que integram o Acervo de Memória Oral (AMO). Período em que uma administração pública traçou objetivos para a execução de um projeto que coletou memórias e iniciou, na Cidade, um processo de cessão de espaços para que elas permanecessem presentes.

Assim, “viagem” também nas minhas memórias para trazer à tona alguns aspectos julgados importantes no meu percurso como professora até constituir-me como pesquisadora, pontuando minha relação com o contexto da pesquisa. Não é sem esforço que percorro esse caminho, segundo Bourdieu, “O ‘homo academicus’ gosta do acabado. Como os pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques [...]” (1998, p.19). Rever meu caminho, contar um percurso no singular, mostrar as pinceladas é, sem dúvida, um retorno necessário, porém, exige muito critério, uma vez que está muito próximo ao perigo do “show de uma exibição na qual se procura ser visto e mostrar o que se vale” (BOURDIEU, 1988, p. 18).

O objetivo, no entanto, além de traçar uma História da Educação através das memórias de outros e analisar como uma cidade foi capaz de construí-las é, através das minhas, percorrer o trajeto até a pesquisa utilizando documentos orais.

2.1 EVOCANDO LEMBRANÇAS, (RE)CONSTRUINDO UMA TRAJETÓRIA

Costuma-se dizer às vezes que a história se interessa pelo passado e não pelo presente. Mas o que é verdadeiramente o passado para ela, é aquilo que não está mais compreendido no domínio onde se estende ainda o pensamento dos grupos atuais [...]. (HALBWACHS, 2004, p. 114)

Assim, os documentos utilizados na pesquisa que, teoricamente, dizem respeito a um passado, têm igualmente muito do presente, pois se apóiam “[...] em depoimentos antigos cujo rastro subsiste nos textos oficiais, jornais da época, nas memórias escritas pelos contemporâneos” (HALBWACHS, 2004, p. 114). E continua “[...] na escolha que deles faz, na importância que lhes atribui, o historiador se deixa guiar por razões que não têm nada a ver com a opinião de então, por que essa opinião já não existe mais” (HALBWACHS, 2004, p. 114).

Mesmo fora do tempo vivido pelo grupo pesquisado, que assistiu aos acontecimentos, que com eles teve contato mais ou menos direto, e que deles podem se lembrar, minhas memórias fazem parte do espaço geográfico dessa pesquisa (HALBWACHS, 2004). A cidade cuja História da Educação se constrói nessa investigação é o lugar onde nasci e vivi um período curto de minha vida, mas para onde retorno sempre, pois de Bom Jesus são todos os meus familiares.

Assim, enquanto percorro minhas memórias individuais, percebo que elas não estão isoladas nem fechadas, pois para evocar meu passado eu me apoio nas lembranças de outros, em pontos de referência que estão fora de mim. Durante o percurso da pesquisa, muitas das memórias escutadas têm pontos de contato com as minhas (HALBWACHS, 2004).

Minhas primeiras memórias declarativas – julgadas, a princípio, individuais, mas que se apóiam nas lembranças de outros – sobre histórias não-lidas, mas sim lembradas, foram contadas pelo meu avô, quando era muito pequena, ainda não estava na escola e morava com meus avós na zona rural. Essas histórias eram sobre bugios, cotias, jaguatiricas e outros bichos da região, personagens dos “causos” que eram parte das memórias da infância de meu avô e que hoje fazem parte das minhas. Quando entrei na escola, fui morar na cidade, as primeiras histórias de escola que lembro, foram também contadas por meu avô, quando ia para sua casa passar as férias. As suas histórias eram de uma escola tão diferente daquela que eu freqüentava.

Meu avô estudou em Taquara em um internato, eu não sabia muito bem o que era internato, mas sabia que Taquara era longe de Bom Jesus, onde nasci e morava. A escola dele tinha lousa, tinha palmatória, coisas desconhecidas. Incompreensível era o fato de que a lousa era um lugar onde se apagava tudo que havia sido escrito para, em seguida, escrever novamente. Ele não tinha caderno? Que estranho...

Minha mãe⁵ também contava muitas histórias da escola, ou da falta dela. Contava que tinha estudado em casa, que primeiro minha avó ensinava o professor para que esse, depois, pudesse ensinar a ela e aos meus tios. Eu certamente não conseguia compreender isso; falava que minha tia entrou no convento para poder estudar. Contava do tempo em que foi para Antônio Prado para continuar estudando, pois – quando terminou a terceira série na zona rural – não havia mais escola na comunidade onde morava.

Em Antônio Prado⁶, foi morar com a “nona”⁷ e estudar em uma escola de freiras, após algumas semanas de freqüência, as freiras entraram em contato com sua família e propuseram que retornasse para a primeira série, isso devido à precariedade de sua escolarização. A situação de retornar para a primeira série causou surpresa a toda a família, pois, na escola rural onde estudava, a professora Lucila era considerada adiantada. Com relação a ser “removida”, diz ter ficado “muito aborrecida” (LUCILA, ANEXO F).

Todos esses fatos soavam muito estranhos para uma aluna regular de Grupo Escolar. Essas e tantas outras são lembranças que tenho de histórias de educação; minhas primeiras memórias relacionadas à escola.

Segundo Izquierdo:

[...] cada ser humano é quem é, um indivíduo diferente de qualquer congênere graças, justamente, à memória; a coleção pessoal de lembranças de cada indivíduo é distinta das demais, é única. Todos recordamos nossos pais, [...] Todos recordamos vaga, mas prazerosamente, a casa onde passamos nossa primeira infância. [...] Todos recordamos nossa rua, mas a rua de cada um foi outra. Eu sou quem sou, cada um é quem é, porque todos lembramo-nos de coisas que nos são próprias [...]. As nossas memórias fazem com que cada ser humano ou animal seja um ser único, um indivíduo. (2002, p. 10)

Quando recordo esses fatos (coleção pessoal de lembranças) e os relatos, percebo que o trabalho com narrativas – lembranças de outras pessoas – evoca, muitas vezes, memória de memórias, como é o caso das minhas recordações, que

⁵ Minha mãe é a professora Lucila Maria Sgarbi Santos, idealizadora e executora, junto com a administração municipal de Bom Jesus, do Projeto *Resgatando Nossas Raízes* o qual deu origem a essa tese.

⁶ Segundo Santos e Grazziotin, as relações entre Bom Jesus, Antônio Prado são explicitadas em diferentes relatos da pesquisa de Memória Oral. Os italianos ou seus descendentes que vieram para Bom Jesus, em sua maioria, estavam antes radicados em Antônio Prado, sendo que as 10 primeiras famílias todas eram pradenses (2007).

⁷ Nona significa avó em italiano, essa palavra é utilizada no Brasil em regiões de colonização italiana.

são, por sua vez, lembranças de meu avô e de minha mãe. Minhas memórias são suscitadas, estimuladas e revividas através das recordações de outros. Nesse processo, perde-se em certa medida a dimensão do tempo.

Digo em certa medida, pois depende da forma com se concebe o tempo. A obra de Halbwachs contribui para essa análise na medida em que autor traz algumas diferenciações com relação ao tempo. Analisa um tempo matemático e físico a partir do qual, segundo ele, não seria possível desenvolver uma memória, nem individual nem coletiva, pois é vazio e homogêneo. Faz referência há um tempo historicamente universal onde se podem unir diferentes memórias num mesmo espaço temporal, mas, desse modo, não se teria uma unidade histórica; ou essa seria artificial. Esse tempo universal – que envolve toda uma existência – é um tempo fatiado em memórias descontínuas, sem pontos de contato (HALBWACHS, 2004).

Com o objetivo de encontrar o início do fio que conduzirá a essa pesquisa, com as memórias de outros, traz-se fragmentos de minha memória que, certamente, sofreu transformações, mas que precisa ser narrada para tentar estabelecer pontos de contato e porque “Narramos as coisas que consideramos verdadeiras [...]. É, pois sempre a linguagem, assim como a experiência e a ação que esta articula, que resiste ao assalto dos céticos” (RICOEUR, 1994, p. 23). Narrar assim a minha trajetória é fundamental, pois (re)constrói o processo, trazendo fragmentos do passado para entender as opções do presente.

O desejo de trabalhar com memória é, talvez, uma marca da graduação na área da Biologia. Memória era, para mim, algo fascinante: memória de animais, memória do ser humano. Sempre, porém, me ocorria vinculada a aspectos biológicos, pensada em bases fisiológicas, como um conjunto de reações bioquímicas baseadas no funcionamento de uma rede neural.

Na dissertação de mestrado, não trabalhei com memória e sim com bioquímica e processos fisiológicos que envolvem o metabolismo de animais e seres humanos. A pesquisa, portanto, se enquadrava em um contexto do que se conheceu, por muito tempo, com o nome de Ciências Exatas, hoje mais modestamente chamadas de Duras⁸.

⁸ Terminologia utilizada por MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: pensar a reforma, reformar o pensamento*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

O experimento que desenvolvi respeitava as concepções Baconianas⁹, na medida em que seguia os pressupostos daquele que seria considerado o criador do método científico, pois segundo Francis Bacon, para se conhecer a natureza é necessário “[...] observar (acumular) os fatos, classificá-los e determinar suas causas” (CHASSOT, 2004, p. 150). Assim meu experimento era dividido em várias parcelas, as quais deveriam ser repetidas de diferentes maneiras para não deixar dúvidas sobre a verdade dos resultados. Depois disso, viria uma análise e para posterior determinação dos resultados, “O ‘Novo Organum’ opõe a incerteza da razão entregue a si mesma à certeza da experiência ordenada” (KOIRÉ apud SANTOS, 1999, p. 13).

Nesse tipo de experimento, o objetivo é a verdade, com a pretensão de uma unidade de caráter inequívoco e permanente. A pesquisa deve ser conduzida de maneira objetiva e neutra. Uma análise estatística precisa comprovar, portanto, sua autenticidade de forma a eliminar qualquer aspecto de caráter pessoal na pesquisa, tornando-a não-tendenciosa, o que lhe credita neutralidade; portanto, dotada de caráter científico.

Faço essa reflexão sobre minhas primeiras experiências como pesquisadora por serem distintas do meu percurso dos últimos 15 anos de trabalho. Assim, para não me afastar dos pressupostos metodológicos da pesquisa de mestrado, poderia seguir na perspectiva de pensar *tempo* e *memória* sob a ótica da física, da matemática, da bioquímica, das Ciências Duras de modo geral. No entanto, durante os anos de trabalho em educação, a perspectiva do olhar sobre a memória modificou-se, porque se modificou também em mim o sentido e a importância sobre o que e por que pesquisar.

Quando ela – a memória – se transformou, sob meu entendimento? Tornou-se, humana, pensada no âmbito social? Fluida, sinônimo de possibilidade para compreensão do passado? Como admitir a neutralidade em se tratando de memória? Essas questões suscitam outra na tentativa de explicar a trajetória dessa pesquisa: como, em minha trajetória profissional, fui cada vez mais em direção contrária?

⁹ Expressão utilizada para determinar questões desenvolvidas por Francis Bacon de forma geral e em especial nas obras: *Ensaio*, *Novum organum* e *A grande restauração*, publicadas no século XVII.

Digo contrária porque, à medida que fui ingressando no meio acadêmico como professora universitária e na escola, como professora de ensino médio, fui – e continuo – sendo absorvida por outros espaços de estudo¹⁰. Essas questões são colocadas quando analiso meu percurso e me percebo atraída pelos aspectos da memória que não são fixos, nem exatos, não dependem de reações orgânicas, fisiologicamente previsíveis e explicáveis. O discutível: o que é por um tempo e depois pode não mais ser, o lugar onde a objetividade cede espaço à subjetividade¹¹, onde as certezas dão lugar à reflexão e à incerteza? São deslocamentos que ocorrem na forma de abordagem dos assuntos de meu interesse e me mobilizam no processo de investigação, assumindo no decorrer do tempo, importância cada vez maior no trajeto de pesquisadora.

Seguindo nesse percurso de construir sentido para essa mudança paradigmática, conferindo coerência à mudança no trajeto como pesquisadora é que chego ao princípio da carreira como professora universitária em 1991.

Nesse ano, durante os dois que se seguiram ao término do mestrado, voltei a morar em Bom Jesus, mas continuava dando aulas na Universidade de Caxias do Sul. Em Bom Jesus, trabalhando numa escola municipal acompanhava o desenrolar do Projeto Resgatando Nossas Raízes – PRNR¹² (ANEXO A) que, aos poucos, ia tomando forma. Naquele momento, as questões referentes à memória me despertaram especial interesse e, eventualmente, acompanhando a professora Lucila, ia percebendo a constituição do Acervo de Memória Oral, resultado do projeto.

Apos lecionar doze anos em diferentes níveis, surgiu a oportunidade de fazer doutorado. Com a trajetória um pouco mais definida, estava muito claro que seria um doutorado na área da Educação. Por possuir formação inicial em Biologia e estar há oito anos em contato com discussões e trabalhos referentes à educação, a idéia de

¹⁰ Maiores explicitações da trajetória no documento de qualificação da tese. "Tempos e espaços recompondo vidas: memórias da educação na cidade de Bom Jesus/RS (1913-1950), 2006".

¹¹ Subjetividade no sentido de que depende da realidade psíquica, emocional e cognitiva do ser humano, passível de manifestarem-se simultaneamente nos âmbitos individual e coletivo e está comprometida com a apropriação intelectual dos objetos externos e de formas externas para sua compreensão (HOUAISS, 2001, p. 1874).

¹² Projeto *Resgatando Nossas Raízes*, iniciado no município de Bom Jesus oficialmente em 1991, mas que em 1989 já principiava de forma não sistematizada, esse projeto dá origem ao processo de criação dos Lugares de memória e possibilita a pesquisa empírica dessa tese. Explicitação sobre ele inicia na p. 32.

pesquisar memória surgiu, nesse período, vinculada à cognição; pensava investigar aspecto específico da aprendizagem. Como ela ocorre? Que fatores influenciam esse processo? Qual o papel da memória nesse contexto?

Com o propósito de iniciar o doutorado, cursei algumas disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No ano de 2003, frequentei, nessa instituição, o seminário intitulado “Memória e itinerários investigativos”, que proporcionou, através das leituras e discussões, abordagem distinta da que possuía no que se refere aos aspectos relacionados à memória. Assim, a articulação entre diferentes perspectivas possibilitou a elaboração do projeto apresentado em 2004 na PUCRS. Esse se consolidou e, a partir do seminário “Memória e História Oral na Pesquisa em Educação”, oferecido pela professora Maria Stephanou, se definiu em muitos aspectos a trajetória da pesquisa.

Assim, durante o tempo de participação em seminários, discutindo questões específicas sobre História Oral e memória, foi que construí outras possibilidades de investigação e amadureci a idéia sobre o projeto de tese, em uma versão que abordava justamente a memória, não aquela inicialmente pensada, mas outra, a que teve como mote Histórias de Vida. Essas que, apesar de acompanhar há alguns anos através do projeto “Resgatando Nossas Raízes”¹³, nunca havia me ocorrido a possibilidade de analisá-las. Por que eu não havia percebido essa possibilidade até então?

Talvez a resposta esteja na minha formação em uma área que não era a História. Mesmo com algumas leituras nesse sentido, sentia uma espécie de interdição frente à possibilidade de assumir um papel que seria de historiadora, mesmo que, ao longo da implantação e desenvolvimento do PRNR, tenha me mantido vinculada a ele. Esse argumento, somado ao meu percurso acadêmico, possibilita a reflexão geral de como somos formados em âmbito da educação escolarizada e como nossas possibilidades se restringem à medida que não conseguimos ou não nos permitimos criar possibilidades de perceber outros rumos além daqueles onde nos julgamos seguros e formalmente preparados. Tento aqui lembrar minha trajetória num processo de recordar aspectos que possam senão

¹³ Os detalhes sobre esse projeto encontram-se no subtítulo “A trajetória de um projeto e os lugares de memória na cidade”.

justificar, pelo menos auxiliar na busca de um traçado coerente, em um percurso, onde elejo algumas memórias pessoais para amparar minhas escolhas.

Recordar é, então, precisamente não lembrar acontecimentos de forma isolada. É ser capaz de formar seqüências narrativas com sentido. Em nome de um determinado compromisso narrativo tenta-se integrar fenômenos isolados, ou estranhos, num único processo unificado. (CONNERTON, 1999, p. 30)

Assim, nesse processo de formação e formatação – no sentido de adaptação a determinadas estruturas de modo a torná-las vinculadas a um padrão pré-estabelecido – de maneiras de pensar, de escolhas e possibilidades de acesso. Não tendo formação de historiadora, como iria lidar com arquivos, memória, história oral, documentos, livros tombo e todos os artefatos referentes a essa área de pesquisa?

A “licença” para isso surge nas palavras de Galvão e Lopes

Na visão do historiador de ofício, é preciso familiaridade com o objeto que vai investigar e com o campo que configura esse objeto: a educação e suas especialidades. E essas exigências não são dadas nem por um curso de graduação em Pedagogia, tampouco em História ou em Educação Física, Filosofia, Matemática, Química, Biologia, Psicologia, Letras. (2001, p. 32)

Eu possuía familiaridade com o objeto de pesquisa; acompanhei – de 1992 a 2003 – um processo de trabalho de pesquisa com memória, história oral, implantação de arquivos, acervos e criação de espaços destinados a guardar memórias. A possibilidade, através das disciplinas do doutorado e de uma orientação adequada, buscar dar conta das minhas lacunas de formação nessa área permitiu iniciar um processo de retomada dos meus caminhos, estruturando bases que possibilitaram analisar documentos históricos, orais e escritos, de forma a torná-los fonte de pesquisa.

Esse percurso demorou muito tempo para encontrar o caminho da História. Minha história como professora e pesquisadora levou-me por um caminho “tortuoso”; andando sempre como professora, cheguei, talvez voltando pelas minhas próprias pegadas, à pesquisa em História da Educação. Penso que, com uma trajetória que se inicia na área das chamadas Ciências Duras, e, aos poucos, como venho descrevendo, toma outros rumos, acumulei uma gama de experiências singulares, unindo a isso o fato de ser filha da professora Lucila – que sempre disse ser professora de História e não historiadora, mas cujo percurso dá-nos a pensar o

contrário – tive acesso ao PRNR, projeto que surgiu por características como as citadas por Izquierdo, “[...] altruísmo, idéias comuns, necessidade de sobrevivência” (2002, p. 10).

Recheada de emoções coletivas, essa pesquisa é carregada desses pressupostos, pois trabalha com sujeitos que têm nos traços de suas vidas laços em comum com a entrevistadora e comigo. Pretende-se assim, transformar esses fragmentos de vida em uma história da educação, num tempo e espaço determinado, na tentativa de demonstrar, justificar e, por que não dizer? Confirmar algumas hipóteses construídas do decorrer da pesquisa.

Tento assim edificar uma tese contextualizada em uma cidade, partindo de um projeto que recolhe memórias, que constrói lugares para essas memórias, que produz uma comunidade de memória na coletividade deste espaço geográfico que é a cidade de Bom Jesus e, a partir dessa produção material de memórias, possibilita escrever uma história da educação.

2.2 A TRAJETÓRIA DE UM PROJETO E OS “LUGARES DE MEMÓRIA” NA CIDADE.

Tudo se acaba y se esgota. La memória se adelgaza. (CARTELETT, 1988, p. 109)

O PRNR principiou com a implantação de um Arquivo e seus acervos de fotografias, de documentos escritos, de memória oral e de fazeres¹⁴, seguido pelo Museu Municipal, Biblioteca, Museu da Imigração Italiana e com um projeto para a criação do Museu do Tropeiro.

¹⁴ *Fazeres* é um subprojeto do PRNR onde foi realizado um trabalho de reprodução de determinados usos e costumes tradicionais da região como fazer velas, fazer mistura, carnear porco etc. Esse material foi filmado e fotografado; hoje faz parte do Acervo de Memória do Município.



FIGURA 2: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Museu, Arquivo Municipal, Acervo de memória oral e Biblioteca Pública Municipal de Bom Jesus. (21/09/2007)

Ao descrever a trajetória do Projeto Resgatando Nossas Raízes, é fundamental discutir os pressupostos que o nortearam. Farei isso partindo do conceito de Pierre Nora sobre “lugares de memória”. Lugares que são definidos por ele como: “toda a unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer” (1997, p. 16).

Defendo aqui a idéia que o Projeto possibilitou o surgimento de “lugares de memória” (NORA, 1984, p.12). O que isso significa? Quais as implicações dessa idéia com relação à História, aos documentos e ao discurso que os produz? Como os lugares de memória possibilitam a construção da história da educação no município de Bom Jesus?

Bom Jesus, antes desse projeto, tinha memória, como a maioria das cidades tem. No seu caso, materializada em três livros de história – número significativo para um município tão pequeno – uma descrição da cidade em algumas páginas perdidas

dentro de uma enciclopédia publicada em 1956¹⁵, monumentos de heróis ou políticos e alguns documentos escritos, sem um espaço específico destinado a guardá-los. Certamente possuía também uma memória, presente nas recordações dos mais velhos, lembranças encontradas em todos os lugares e em lugar nenhum, pois tendem a desaparecer com a morte. Pode-se justificar que não desaparecem totalmente, pois foram repassadas, alguém mais jovem as ouviu, mas até quando permanecerão?

Pierre Nora, ao coordenar um projeto sobre a memória francesa, afirma que:

O desaparecimento rápido da memória nacional parecia chamar a um inventário dos lugares onde estava eletivamente encarnada [...] como o mais brilhante dos símbolos: festas, emblemas, monumentos e comemorações, também elogios, dicionários e museus. (1984, p. VI)

Em função desse inventário, dessa generalidade da memória, surgiu a necessidade de um estudo de caso, de analisar vários aspectos dessa memória, construída material e discursivamente. Não como proprietários em torno de um objeto, mas analisar as ambigüidades da memória, suas múltiplas dimensões, *historiográfica, etnográfica, psicológica e política* (NORA, 1984, p. VI). Desse vasto trabalho de Nora, surgem diferentes aspectos relativos à memória. O que pode ser considerado memória? Em que medida está relacionada à História? Como é construída?

Nessa pesquisa, o objetivo é construir a possibilidade de análise para os traços, gestos, indícios que sobreviveram ao tempo e que suscitaram certamente mais problematizações do que respostas, mas permitiram, no entanto, a atribuição de outras significações e entendimento para a História, além daquela postulada pela escola positivista.

Ao analisar dados quantitativos de forma reducionista, ou seja, sem problematizá-los no contexto em que aparecem, tecendo uma rede de possíveis indagações com relação a eles, a História deixou de perceber outras dimensões passíveis de reflexão. O problema não está na coleta de dados, na construção de tabelas ou nas relações numéricas, mas na forma como esses dados foram

¹⁵ Os livros a que me refiro são: ABREU, Ennio Farias de; ABREU, Marisa da Costa. *Bom Jesus – duas épocas*. Porto Alegre: EST/UCS, 1981; Idem. *Bom Jesus – História de uma cidade*. Porto Alegre: EST/UCS, 1977 e FILHO, Artur Ferreira. *Município de Bom Jesus*. Porto Alegre: Tipografia do centro, 1964. E a *enciclopédia* cujos dados foram atualizados por CORREA, Lia. Município de Bom Jesus. In: *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio Grande do Sul, A – O. v. XXXIII. São Paulo: [s. ed.], 1959.

utilizados, pois sendo reduzidos a números meramente informativos e a análises estatísticas, deixaram de refletir sobre as informações que estavam representadas pelos números e que poderiam estabelecer outras dimensões para a pesquisa.

No entanto, com as transformações que se sucederam, a corrente histórica dita tradicional e positivista percebeu que dados estatísticos, números em série, história econômica:

[...] pode estar associada [...] a história psicológica, ambas são associadas à história dos humildes e do coletivo. Os fatos econômicos (preços, salários, impostos, créditos, mercado) repercutiam na vida cotidiana de todos (carestia, miséria ou enriquecimento, fome, epidemias, mortalidade). Descobre-se que eles eram observáveis. (ARIÈS, 1993, p. 156)

Empreende-se, com isso uma outra leitura desses mesmos dados, possibilitando uma história descontínua da mesma sociedade antes “estabelecida sem hiato [...] uma humanidade anônima” (ARIÈS, 1993, p. 157).

O estudo coordenado por Nora possibilita essas outras leituras trazendo à luz relações singulares para a memória. Memória e vida, coletividade e memória, memória e encontro, memória e subversão, restos e memória, numa amplitude de relações e (re)significações para a historiografia, que já vinha sendo tematizada por outros historiadores, mas que emerge na sua obra de forma diferenciada aos olhos de quem pesquisa.

Seria demasiado pretensioso comparar a memória da França, país conhecido de todos, com a memória de uma cidade de fato desconhecida? Em um primeiro momento a resposta é afirmativa, é uma pretensão. Quando, porém, deixamos de lado aspectos como tamanho da cidade, importância no contexto mundial, grandiosidade histórica, permanências, feitos, prestígio e outros tantos aspectos relacionados ao lugar que ocupa no planeta e pensamos somente na idéia de discutir – à luz dos mesmos pressupostos teóricos – o lugar da memória na produção de uma história, talvez se possa ousar essa comparação.

Acredito que o PRNR, em certa medida, construiu e diversificou a memória, possibilitou histórias pelas memórias, “[...] criou para cada grupo a obrigação de definir sua identidade pela revitalização de sua própria história” (NORA, 1984, p. XXIX). Nesse sentido, talvez, essa comparação, em princípio, tão descabida, possa ser admitida.

Em 1991, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) da cidade de Bom Jesus iniciou um projeto intitulado “Resgatando Nossas Raízes” (ANEXO A). Nessa época, altera-se a administração do município. O prefeito eleito era o Dr. Geraldo Spinelli Grazziotin e a Secretária de Educação e Cultura, era a professora Elaine Grazziotin Dutra que, depois de certo tempo, convidou a professora Lucila Maria Sgarbi Santos para ser coordenadora cultural. Foi nessa gestão e em função dessas pessoas que se iniciou o projeto norteador desta pesquisa.

O projeto “Resgatando Nossas Raízes” – no tempo presente, porque continua existindo – foi subdividido numa série de subprojetos, os quais acompanhei desde a idealização até implantação e ampliação, entre os anos de 1990 até 2004.

Desse projeto, o aspecto que, no princípio, mais me chamou a atenção foi o subprojeto nomeado pela professora Lucila de “Ouvindo e Lembrando”. Tendo como objetivo coletar depoimentos, gravados em fitas cassete, contendo as memórias de membros da comunidade com idade superior a 65 anos. A finalidade era montar um acervo de memória oral, em forma de arquivo, para, justamente, servir de referência às futuras pesquisas. Essa intenção foi esclarecida aos entrevistados no momento em que aceitavam tomar parte do Projeto, alguns inclusive, ao saberem do propósito, preferiram não participar.

No início de sua execução, por falta de experiência dos idealizadores, não houve preocupação em fazer um documento oficial de permissão de utilização assinado pelo depoente. No entanto, após a criação legal do espaço do acervo, a Secretaria de Educação expediu uma “ordem de serviço” estabelecendo critérios para uso do Acervo (ANEXO C) e fichas de controle de sua utilização (ANEXO B).

Acompanhei a fase das definições metodológicas para a execução das entrevistas, a escolha dos entrevistados e o empenho da então coordenadora da cultura, historiadora, entrevistadora e arquivista professora Lucila, em aprimorar a metodologia de pesquisa, estudar suas especificidades relacionadas com memória e História Oral. Outro aspecto tão intenso e tão importante foi seu empenho para conseguir verbas para o projeto e implementar a parca tecnologia utilizada para as entrevistas e fichamento das mesmas.

Ao falar sobre o início, de onde surgiram as primeiras idéias do trabalho com memórias, para o posterior surgimento do PRNR, a professora Lucila, em sua entrevista (ANEXO G), assinala que a forma como a disciplina de História era

trabalhada no ensino básico lhe causava inquietação ainda quando era supervisora pedagógica da Escola Municipal Irmãs Ramos. Comentando esse fato, afirma:

[...] vim pra Bom Jesus e fui cedida do estado para uma escola municipal, [...] já tinha o 1º grau completo e fui como supervisora dessa escola, e a gente aí foi trabalhando, fazendo trabalhos em grupo, discutindo, fazendo reuniões, para estudar as possibilidades de incentivar as professoras, que a maioria tinha só normal, ou magistério como passou a ser chamado, começamos a fazer aqueles grupos e sempre com a idéia de melhorar a metodologia de ensino, logo que eu fui pra lá uma dessas pessoas que eu tinha grupo de estudos me telefonou que tinha assistido um curso, uma palestra com o professor Betinho, ele lecionava na faculdade de Osório – ‘Lucila, eu acho que é o que nós estávamos precisando’, [...] fui a Caxias assistir, falei com a diretora da escola e organizei um seminário de Estudo Sociais de 1º a 4º série e de História e Geografia para a 5º a 8º, com o professor Betinho e professores da UNIJUÍ. Foi aberto para a região, foi bem concorrido. [...] no final do curso ele pediu, ‘agora vocês vão montar uma exposição com artesanato de Bom Jesus, fotografias, enfim...’. Eu pensei quando é que Bom Jesus vai ter artesanato, se tem coisas pra exposição! Mas ele pediu, dividimos os grupos e cada um ficou com uma parte, olha Luciane foi a maior surpresa que eu tive, surgiram todos os tipos de artesanato que você possa imaginar e fotografias e materiais antigos e novos e pessoas bordavam com perfeição e amarravam franja e faziam não sei o que e fotografias e cartas e documentos.. [...], quando começou a reunir todo aquele material eu pensei e agora aonde vamos fazer essa exposição? Fizemos no CTG. [...] podemos dizer que foi um sucesso. No final da exposição, a Professora Elaine me convidou para assumir o serviço cultural da SMEC, para organizar os serviços culturais da SMEC. (Lucila Sgarbi Santos, entrevista, 2004)

Assim surgiu o que, com o passar do tempo, se transformaria em um projeto e desencadearia um processo de produção cultural, pela construção de espaços destinados a guardarem a memória, da e na cidade. Tal ação veio ao encontro com o que diz Catroga “a memória só poderá desempenhar sua função social através de liturgias próprias centradas em reavivamentos que só os traços-vestígios do que não existe são capazes de provocar” (2001, p. 23). Iniciava-se, assim, um processo de reavivamento e de produção de memórias, materializada em espaços destinados a guardá-la.

A população fez parte do processo na medida em que possibilitou o surgimento desses espaços: ao doar objetos pessoais para o museu, documentos e fotos que possuíam, participando de sessões para reconhecimento das pessoas presentes nas fotos doadas e, fundamentalmente, quando uma parcela da população se disponibilizou a gravar suas memórias, consentindo que essas fizessem parte do Acervo de Memória Oral do município.

Para Veiga:

[...] vamos percebendo que a concretização da relação entre as populações e a cidade se faz mediatizada pela prática social e, nesse aspecto, são os habitantes que a exercem, constituindo-se enquanto sujeitos e produtores das relações sociais, possibilitando que a sua inserção na cidade ultrapasse a formalidade [...]. (2002, p. 30)

Segundo consta no projeto original, um dos objetivos de sua implantação foi tentar um “resgate das raízes socioculturais desse município e, ao longo dos anos, fomentar e desenvolver o turismo cultural da região” (SANTOS, 1990). O PRNR, com o passar do tempo, assume outras dimensões e vai se subdividido em diferentes subprojetos que, na medida em que se estabelecem, vão, por sua vez, sendo acrescidos de outros. Nesse processo, o trabalho de gravar as memórias foi a primeira ação que desencadearia, posteriormente, os outros subprojetos à medida que o trabalho foi se desenvolvendo, nesses aproximadamente 14 anos (1990/2004)¹⁶.

E, assim, vale destacar:

Ouvindo e Lembrando – com a finalidade de conhecer a história de Bom Jesus através dos que a viveram. Para tal, foram realizadas entrevistas orais com pessoas de idade superior a 65 anos. Até 2004, o Acervo de Memória Oral (AMO) continha uma média de 270 fitas de 60 minutos, gravadas com memórias de, aproximadamente, 85 pessoas, com média de 70 anos de idade.

Nas entrevistas, as lembranças dos entrevistados iniciaram pela genealogia, seguindo por toda sua experiência de vida, dando ênfase à profissão, se fosse o caso; alimentação diária; alimentação de domingos e festas; tipo de vestuário; lazer da época; músicos locais; participantes da comunidade que se destacavam; médicos, parteiras, sacerdotes, professores. Também eram interrogados sobre benzeduras, simpatias, educação, destacando escolas existentes, primeiros professores e práticas de aulas em casa.

As entrevistas do acervo foram feitas sempre pela mesma pessoa – a prof^a. Lucila – durante os aproximados 14 anos de existência, concretizando o que Bonazzi afirma ser um sonho, quando escreve: “[...] além disso, caso disponha de

¹⁶Para fins acadêmicos – e com o propósito de manter uma referência temporal uniforme em toda a tese – utilizo o ano de 2004 como sendo ao ano-referência a todas as informações referentes à atualidade e que são mencionadas no trabalho; mesmo que durante a escrita dessa tese modificações tenham ocorrido, pois o PRNR continua existindo e é dinâmico. Essa data se justifica por ser ela o ano de ingresso no Doutorado e quando, de fato, tem início essa investigação.

tempo, inclinação e pessoal capacitado – não é proibido sonhar de vez em quando –, o arquivista pode realizar ele mesmo as entrevistas, selecionando os temas prioritários” (BONAZZI, 2002, p. 244). Foi justamente o que aconteceu nesse caso, pois a prof^a. Lucila fez as vezes de entrevistadora e arquivista, elaborando a “espinha dorsal” das entrevistas, decidindo as especificidades de cada uma, de acordo com o entrevistado. O auxílio que recebia para suprir a demanda de um projeto desse porte era muito variável, na maioria das vezes só podia contar consigo mesma. Em sua entrevista, ao falar das pessoas de cuja ajuda dispunha para trabalhar no projeto, afirma “[...] eu trabalhei assim é... sobrava uma professora, voltava de uma licença, aquela ia trabalhar lá [...]”¹⁷.

A relação da professora Lucila com a comunidade foi estabelecida a partir de seu histórico pessoal: como filha de pessoas muito conhecidas na comunidade, professora por muitos anos, participante de campanhas da Igreja Católica, de clubes de serviço, como idealizadora e executora do projeto e com o apoio das administrações municipais, seu acesso foi facilitado e consolidou o respeito da comunidade. A confiança em seu trabalho colaborou para que fossem feitas doações para o museu e, no caso da construção do acervo oral, contribuiu para que os idosos a recebessem em suas casas. A intimidade com que era tratada pode ser percebida através das falas de alguns entrevistados: “Pergunta uma hora dessas pro Lilo, pra Anita como que era? Era assim desse jeito...” (Edmundo Jacoby, entrevista, 1994). Lilo e Anita são os pais da professora Lucila. Na entrevista do senhor Orizon Roque de Souza, pode-se escutar a seguinte frase: “Como a senhora viu daquela vez que nós fomos a cavalo” (Entrevista, 1995), referindo-se a uma ocasião em que ele foi guia da professora Lucila. Outra narrativa que manifesta intimidade é da Dona Luiza Araújo Spinelli “[...] a D. Nadir também era independente, mas na casa da Tia Avelina era tio Odolino quem mandava, ele era o patrão, tu sabe como era a tia Avelina né Lucila?” (Entrevista, 1992). A “tia Avelina” era também tia-avó da professora Lucila.

Essa cumplicidade, de quem convive e conhece há muito tempo a professora Lucila e sua família, própria de situação de comunidades pequenas, pode ser identificada, de diferentes formas, durante as entrevistas. Alguns como as professoras, identificavam-se com ela pela profissão, outros por ela ter sido

¹⁷ A entrevista completa da Professora Lucila foi transcrita e se encontra no Anexo G.

professora de seus filhos ou por serem compadres, conhecidos, ex-empregados de seus pais e avô paterno ou até mesmo parentes. Havia ainda os que simpatizavam com a causa que, de certa forma, tinha para cada um, apelo saudosista. Esse contexto facilitou a gravação das entrevistas, pois a maioria dos idosos que responderam as perguntas já havia tido alguma forma de contato com a entrevistadora criando uma “[...] relação de confiança entre informante e entrevistador. Disso depende o sucesso” de uma pesquisa que trabalha com entrevistas (BONAZZI, 2002, p. 234). As implicações vinculadas a essa intimidade e confiança vão sendo percebidas no desenrolar da investigação e nos resultados produzidos por ela.

O Acervo não se caracteriza por explorar um tema específico; vários. Assim, os documentos orais podem ser examinados sob diferentes abordagens, além da educação que é o tema dessa pesquisa, tais como: tropeiros, religião, costumes italianos, costumes alemães, vida na fazenda, festas, benzeduras, roupas de festa, relação marido/mulher, educação dos filhos etc. As entrevistas procuram enfatizar as especificidades de cada um, ou seja, o que cada idoso tinha para contar constituía o diferencial delas, assim outros aspectos foram surgindo em detrimento àqueles previstos no roteiro original e comum a todos.

Além das fitas gravadas, o AMO foi organizado por fichas¹⁸ (ANEXO D). As fichas do acervo foram elaboradas pela professora Lucila, de modo que cada uma contivesse uma seleção dos principais assuntos encontrados na entrevista e um pequeno resumo das falas do entrevistado. Alguns assuntos aparecem com maior frequência, outros com menor, mas de um modo geral sempre é possível, através das fichas, selecionar um tema específico. Essa forma de organização facilita o acesso aos assuntos, porque possibilita selecionar para a escuta as fitas que contêm o tópico de interesse do pesquisador.

O AMO, utilizado nessa pesquisa pertence, hoje, ao Arquivo Público Municipal. Assim, contrariando os casos em que as gravações ficam restritas ao uso do historiador que as coletou, pode, nesse caso, consultá-las qualquer pesquisador que assim o desejar.

¹⁸ Detalhes mais específicos sobre a elaboração das fichas, doações de objetos, documentos, fotos e seleção de documentos para o Arquivo estão nas páginas 9,10 e 11 da entrevista da professora Lucila (Anexo G).



FIGURA 3: Acervo de Memória Oral, fitas-cassetes e CDs-(21/09/2006)

O subprojeto **Vendo e Lembrando** cujo objetivo foi coletar fotos, documentos e objetos relativos à história da cidade, limpá-los, catalogá-los e organizá-los para pesquisa, iniciou como todos, com uma idéia que foi para o papel.

A primeira providência, no sentido de materializá-lo, ocorreu com a transferência de diferentes tipos de documentos que se encontravam no sótão da Câmara de Vereadores do Município. Muitos desses documentos já se haviam perdido em função do derramamento de uma caixa de água que molhou grande parte. Transferir o que havia restado para uma sala, no espaço que estava aos poucos se estruturando em função do projeto, transformou-os nos primeiros documentos do Arquivo.

O trabalho de separá-los e catalogá-los, até 2004, ainda não havia sido totalmente concluído. Os documentos foram sendo coletados de diferentes formas. Em alguns casos a professora Lucila pedia às famílias mais antigas determinados papéis, tudo que lembrasse o passado do município. Foram distintas as situações em que foram fornecidos.

À medida que a comunidade tomava conhecimento desse processo de coleta de documentos, ia entrando em contato com a professora Lucila. Assim, uma das formas de “guardar a memória”, consistiu-se em doações (CÍCERO, 1997, p. 11). Em caso de falecimento de pessoas idosas cujas famílias iriam se desfazer de papéis, fotografias e objetos antigos; em caso de mudança para residências menores; a limpeza ou transferência de algum órgão público são alguns exemplos de situações onde foram amealhados os materiais que iriam compor o Arquivo Histórico do Município. A doação de objetos pessoais, que estão, de modo geral, há muito tempo em uma família é, nesse caso, outro fato relativo à manifestação de

confiança na organizadora do Projeto, na medida em que as famílias acreditam que esses objetos não serão perdidos e sim, “guardados par lembrar, para que alguém os olhe, os admire” (CÍCERO, 1997, p. 11).

Os objetos eram designados ao museu, os documentos iam constituindo o Acervo Escrito e as fotografias coletadas formaram o Acervo de Imagens. Portanto, posterior à implementação do acervo oral, outras formas de compor o passado estavam se constituindo. O documento escrito é fundamentalmente valorizado, num processo historiográfico “[...] o historiador vive numa sociedade alfabetizada e, como muitos habitantes de tal sociedade, inconscientemente tendem a desprezar a palavra falada” (BURKE, 1992, p. 166).

Assim como o documento escrito, também a fotografia detém um papel importante. Segundo Burke, “A fotografia é um meio visual em que os acontecimentos são com freqüência tornados mais acessíveis pela resposta emocionada do momento. Isto porque a fotografia traz em si uma relação material e causal com seu sujeito” (BURKE, 1992, p. 265).

Através das fotografias é possível compor uma História do município pelas comemorações de datas festivas alusivas a santos, datas cívicas, inaugurações de escolas, clubes, órgãos públicos e tantos outros eventos registrados nas imagens ali depositadas.

Dentro desse subprojeto, outro trabalho de recompor a memória foi realizado e se intitulou “Recuperando Fazeres”. Iniciou-se em 1994, quando a professora Lucila pensou em recuperar práticas que estavam se perdendo ao longo do tempo. A idéia, segundo ela, era implementar “[...] dentro deste projeto, ‘Vendo e lembrando’, a reconstrução da história, através dos usos e costumes” (2004, p. 13). Assim, em um processo contínuo de agendar com algumas pessoas, que no passado haviam realizado essas tarefas, de um modo geral ligadas aos costumes rurais; um dia específico para que realizassem esses “fazeres”, de forma que fossem fotografados e pudessem fazer parte do arquivo.

Na sua entrevista, a professora Lucila comenta a respeito desse trabalho.

[...] num sítio a gente tinha o hábito de dizer hoje é o dia de fazer pão e dia de carnear [...]. Dentro deste projeto, Vendo e lembrando que é a reconstrução da história, através dos usos e costumes, então nós marcávamos assim. D. Fulana, a Sra. ainda tem forno de barro para fazer pão? Tenho. Então, a Sra. concorda em fazer pão para nós? Como era que a Sra. fazia pão antigamente? Aí a pessoa, ia lá, fazia fogo no forno, fazia o

pão, assava. A equipe era uma 'equipe' [risos]. A gente vai lá, filma, só filmar não era eu, só as fotografias, ia uma outra pessoa para filmar, ah... o dia de fazer doce. Eu ia lá numa casa, essa eu fiz na casa da minha mãe, já foi lá em 93 eu acho, 94 não me lembro, então desde ir lá no pé, recolher as frutas, aí não foi filmado, não tinha quem filmasse, eu só fotografei, ela colhendo as frutas, as mulheres ajudando, as crianças, como fazia mesmo. (Então, a Sra. reconstituiu vários fazeres?) Vários fazeres ...Vela, torração de café, carnação, e..., fazer doce de tacho, fazer pães, e uma série de fazeres... (2004, p. 13)

O material coletado foi digitalizado e as tarefas ali encontradas são, entre outras: torrefação de Café, fazer velas, fazer queijo, carnação, organização de uma tropeada, estaqueação de couro, paçoca de charque, travessia de rio com tropas, pouso de tropeiros, doce de tacho e pão de forno.

É preciso lembrar, nesse tipo de documento, o papel do fotógrafo, pois “[...] a idéia do ‘olho inocente’ não é mais defensável e que a câmera é sempre uma presença intrusa” (BURKE, 1992, p. 266). No entanto, Burke reconhece que “[...] o passado recente é cada vez mais conhecido através de imagens parcialmente fortuitas e instantâneas” (1992, p. 266).

A comunidade, assim participou de diferentes formas desse processo de coletar memórias, surgindo o que hoje é conhecido com o nome de “Patrimônio cultural, um caso de vida ou morte”, composto pelo Arquivo Municipal de Bom Jesus e Museu Municipal.

Esse material, através de banners e objetos, ficou exposto em Porto Alegre em 2000, na Casa de Cultura Mario Quintana, por ocasião de um projeto da Secretaria da Cultura do Estado que se intitulava “Bom Jesus, passado e presente para garantir o futuro”.



FIGURA 4: Arquivo Público Municipal de Bom Jesus, acervo de fotos e documentos-(21/09/2006).

Os Índios os Donos da Terra, Esses Desconhecidos – com a finalidade de levantar a história dos indígenas no município. Nesse projeto, foi feita uma parceria com a UNISC que desenvolveu a pesquisa, inicialmente coordenada pelo professor Pedro Ments Ribeiro. Hoje, a UFRGS desenvolve o projeto “Povoamento dos Campos de Cima da Serra, Bom Jesus e São José dos Ausentes”, numa parceria com a prefeitura de Bom Jesus, sob a coordenação da doutora Silvia Cope, do Núcleo de Pesquisa Arqueológica (NUParq, UFRGS).

Leitura Como Fonte de Desenvolvimento – a biblioteca pública do município foi criada pela lei 469, de 10 de maio de 1965, sem, no entanto, ter um espaço de fato para o seu funcionamento. O objetivo inicial desse projeto foi à instalação da Biblioteca Pública Municipal num espaço onde a população pudesse freqüentá-la, o que ocorreu em dezembro de 1992. Seu acervo foi sendo composto de diferentes formas, com livros que já pertenciam ao município, mas não estavam em local acessível, através de compras e doações.

Durante o processo de implementação do acervo, a preocupação com a salvaguarda de livros antigos ficou conhecida pela comunidade. Um fato curioso ocorreu, entre os anos 1991 e 1995, quando a então secretária estadual de educação Neusa Canabarro, em função da lei 5765/71, relativa à reforma ortográfica,

mandou descartar todos os livros das escolas estaduais que fossem anteriores à data de 1971, sem contar para isso com um historiador que pudesse selecionar adequadamente o material a ser eliminado. Os livros do **Grupo Escolar Conde de Afonso Celso** foram quase todos queimados; alguns ainda restaram devido à intervenção da professora Maria de Fátima Salvador Borges, então professora dessa instituição. No Colégio Frei Getúlio, os livros foram todos para a biblioteca, devido à interferência da professora Lucila que os recolheu.

Com o passar do tempo, e em função de a idéia do projeto ser “Leitura como fonte de desenvolvimento”, ocorreu em 1989 o início das feiras do livro no município, onde, no ano de 2004, ocorreu a XII edição da feira em âmbito municipal e “IV Feira Regional do Livro”.



FIGURA 5: Biblioteca Pública Municipal de Bom Jesus-(21/09/2006).

Seminário Nacional de Tropeirismo (SENATRO), esse projeto teve a finalidade de criar um núcleo de estudos tropeiros, promovendo o surgimento de estudos e pesquisas sobre o assunto e divulgação dos já existentes, pois um assunto de particular relevância nas narrativas de memória do AMO é a presença dos tropeiros e tropeadas. Sobre eles abordaram-se os aspectos: alimentação,

caminhos, pousadas, passos e finalidades, surgimento de casas de comércio, moinhos d'água e tudo o mais que envolvesse o desenvolvimento desta atividade no município.

Esse viés específico do trabalho de memória desencadeou na cidade a construção de um passado com o qual se pode conviver e que possibilita a valorização da origem do município e de seus habitantes. Tal trabalho culmina, nos dias de hoje, com um seminário de nível internacional e o tombamento de “passos de tropas”, quais sejam: Passo do Meio, no rio das Antas e Passo Santa Vitória, no rio Pelotas.

Esse seminário resultou em três livros. O evento ocorre a cada dois anos. No ano de 2004, aconteceu o “VII Seminário Nacional e IV Encontro do Cone Sul sobre tropeirismo – VII SENATRO”. Esses eventos tornaram o município conhecido nos meios culturais do país e do Cone Sul, sendo hoje centro de referência nos estudos sobre essa temática. A cidade já foi palco para vários trabalhos de vídeo e reportagens de televisão.

Os subprojetos continuaram, assim, com maior ou menor ênfase, o que foi fundamental no processo de construção da memória coletiva dessa comunidade. Com relação à construção de uma memória coletiva, Pollak comenta:

Opondo-se a mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, [...] lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política [...] essas lembranças são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade globalizante. [...] A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou que o Estado desejam passar e impor.[...] Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. (1989, p. 8)

A memória coletiva, que emerge desta pesquisa talvez não esteja distinguida por um fato específico, por um grupo marcado por um acontecimento trágico ou qualquer fato pontual, exemplo a qual Pollak se refere nesse fragmento. As zonas de sombras, nesta investigação, talvez sejam menos visíveis, no entanto, “ouve-se” as exclusões coletivamente determinadas, percebem-se, em alguns casos, as memórias marginalizadas. Da mesma forma, não fazem parte da memória nacional, são memórias passadas pelas famílias, nas “redes de sociabilidade afetiva e/ou

política”. Assim, possuem pontos de contado, convergências que possibilitam, através de um fio condutor, a costura dos fatos em um determinado tempo e espaço (HALBWACHS, 2004). Aspecto fundamental na dimensão dessa pesquisa.

Um exemplo dessa memória coletiva, entre outras encontradas nos depoimentos, diz respeito às memórias dos imigrantes italianos do município, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, que relatam o sofrimento pelo qual passaram.

[...] eu apanhei muito só por ser italiano, seu Luiz Vernier apanhava muito, era analfabeto, fazia valo nos campos, analfabetos, faziam uma passeata levando cartazes, de patriotismo, contra a Itália. [...] Os ‘Aver’ que eram pedreiros perseguiram muito essas pessoas. Alguns italianos eram acusados de 5° Coluna. (Alcides de Boni, entrevista, 1994)

Na 2ª guerra, o Seu Domingos Spinelli era muito visado, porque falava o que pensava, sofreu muito, pois tinha bar e se irritava de ter que apagar a luz, e falava, sofreu represálias, quebraram as portas de seu estabelecimento a cacetadas. (Clotilde de Nale Dutra, entrevista, 1993)

[...] Numa ocasião, nessa época, minha mãe estava na praia e tinha um posto militar no local, descobriram que meu tio e minha mãe eram italianos eles tiveram que se retirar do hotel e subir a serra. (Clotilde de Nale Dutra, entrevista, 1993)

Logo que surgiram os rádio-amadores, foi na época da guerra, meu pai trouxe um rádio amador para vender para os fazendeiros, ficava num balcão não estava estalado. Ele foi denunciado que estaria transmitindo notícias pros alemães e italianos, foi preso e só não ficou muito tempo na prisão devido a alguns políticos da cidade que não eram italianos e que tinham influência e fizeram com que ele fosse solto [...]. Os italianos foram muito discriminados nessa época, as famílias italianas sofreram muito. (Maria Josefina de Boni Santos, entrevista, 1991)

Em acontecimentos como guerras, das quais o município participou, ou contendas políticas da comunidade, há uma construção coletiva, discursiva, de heróis, mártires, exemplos a serem seguidos – ou não – de cidadãos que se distinguiram na comunidade, possibilitando um “enquadramento” e uma percepção de como as “memórias coletivas são construídas, destruídas e reconstruídas” (POLLAK, 1989, p. 12).

Nesse processo, lugares de memória são construídos e a comunidade passa a atuar nesses espaços. A idéia de *comunidade* será utilizada em toda pesquisa. Esse termo é empregado de diferentes formas nas ciências sociais, seu uso permite uma série de interpretações, não sendo um conceito unânime. Na forma como será empregado no decorrer do trabalho, indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns e possuem um

senso comum de independência e integração, seus membros se ligam por um estado de espírito, um sistema de valores e um código moral que proporciona ao grupo um senso de identidade (SHORE, 1996, p. 116). O que une uma comunidade, portanto, não é somente o compartilhamento de uma estrutura física.

As ações do PRNR trazem outras dimensões para a memória, a história e a cultura que se estabelecem ao redor de um projeto que tem a comunidade como palco. As redes intrincadas que cria e os acessos que proporciona à comunidade permitem uma reflexão sobre o desenvolvimento de um processo de (re)significação da história na cidade, à medida que seus membros são atores e platéia. Pode-se perceber, também, entre outros aspectos, a face intergeracional, esquecida em nossa sociedade, mas que vem sendo edificada em alguns projetos de socialização do PRNR de Bom Jesus.

Além da valorização do idoso, o projeto assume, no decorrer do tempo, um caráter social e pode ser caracterizado como comunitário, pois abrange toda uma comunidade convidando-a a participar, fazendo também do idoso um integrante ativo do processo. A exemplo do que ocorreu em 2002 e 2003, quando o departamento de cultura da Secretaria Municipal de Educação, diante de uma grande quantidade de fotos oriundas do subprojeto Vendo e Lembrando, encontrando dificuldade na identificação das pessoas presentes nas fotos, instituiu um chá convidando pessoas idosas que tivessem vivido naquele tempo e que desejassem auxiliar na identificação (ANEXO I).

Foram convidados homens e mulheres com mais de 65 anos. A adesão se deu por parte das mulheres que, reunidas por grupos, em torno das bancadas que continham várias fotos, iam identificando as pessoas que ali apareciam. A professora Lucila relata que essas senhoras “se arrumaram” para o evento e comenta que foi emblemático, para o Projeto como um todo, ver a reação saudosista e de orgulho que manifestaram diante das fotos pela possibilidade de contribuição e oportunidade de trocar idéias com as companheiras. “Desse modo, estabelece-se um diálogo ativo entre os idosos, sua história local e o museu que se tornou um centro social”, nesse caso o arquivo municipal (THOMPSON, 1998, p. 34).

Algumas dessas fotos foram fundamentais na elucidação de alguns eventos dessa pesquisa, porém o que, metaforicamente, configurou-se como “luneta” para o passado – pois permitiu aproximar o que está distante, dando a possibilidade de enxergar melhor – foram justamente as fitas do AMO.

É difícil, porém, focar somente a memória oral quando existem tantos entrelaçamentos entre os subprojetos e tantos outros suportes de memórias trazidos no decorrer do Projeto. No entanto, a pesquisa empírica foi feita, inicial e fundamentalmente através da seleção das gravações, unindo-se a ela, posteriormente, outros documentos e fotografias.

Com o sucesso dos subprojetos citados – e dos eventos deles decorrentes – um fenômeno de participação coletiva nas atividades propostas à comunidade pôde ser observado. Trata-se da criação de um desfile chamado “Vai e Vem da Moda” (ANEXO F), realizado anualmente, como o que a organizadora do projeto trouxe a moda de vestidos de noiva, de debutantes, de roupas de passeio, etc., desde as épocas mais antigas até a atualidade. Esse evento é esperado por toda a comunidade que, além de participar da ocasião, ainda doa ou empresta roupas que serão apresentadas no evento. Na medida do possível, a cada ano o desfile tem um novo tema.

Recentemente, ocorreu o tombamento de uma casa que foi doada e restaurada para a instalação do Museu da Imigração Italiana em Bom Jesus. Nesse espaço, vários lugares de memória foram criados. Assim se constituiu o Museu da Imigração Italiana em Bom Jesus, o Memorial da Família De Boni, família responsável pela doação da casa. Também funciona, no mesmo local, a Casa do Artesão Joana de Boni.

Tem uma casa que foi doada, é um outro fato inédito, a família De Boni, foi quem construiu a primeira casa, dos filhos imigrantes que foram para Bom Jesus, nascidos lá, foi o Sr. Mário De Boni, construiu uma casa, e depois foi embora, enfim, morreu. E a casa tava lá meio abandonada e eram tantos herdeiros que devia dá uma tábuia para cada um [risos] e aí umas netas da vó Joana, que era a mãe do Mário De Boni, deu a idéia e coordenou, nos deu a casa restaurada, isso foi o inédito. [...] Nos deu e a forma de falar deu para a prefeitura, deu este espaço para Bom Jesus. Então, essa é uma casa que não pode ser desmanchada, se desmanchar retorna para os herdeiros. [...] Lá funciona, porque aí tem que ter um pouquinho da história da Joana De Boni, era uma pessoa que foi de Caxias para lá, o marido dela era ferreiro e morreu em 41, quando deu a gripe espanhola, ele morreu. Ela ficou com 8 filhos pequenos e grávida do nono filho. E o mais velho tinha 17 ou 18 anos, eu acho que não tinha nem 17 anos, eu acho que tinha uns 16 anos, que o mais velho era do Sr. Mário De Boni. E ela criou todos esses filhos fazendo artesanato da época, ele trabalhando na... continua com oficina, com ferraria, e a vó Joana, lavava roupa, abria lã, fazia cobertas, torrava café, o que era artesanato da época ela fazia com os filhos. (Lucila, entrevista, 2004, p. 12)

[...] então, o que essa neta dela que conviveu muito com ela, disse: vamos transformar essa casa num espaço para desenvolver o artesanato que já tinha sido criado pela secretaria de ação social, mas depois foi dado

continuidade através do departamento de cultura, a gente criou uma associação de artesãos e foi instalado nessa casa, então tem espaço para exposição e venda do artesanato da associação e um espaço onde conta a história da migração italiana em Bom Jesus. (Lucila, entrevista, 2004, p. 12)

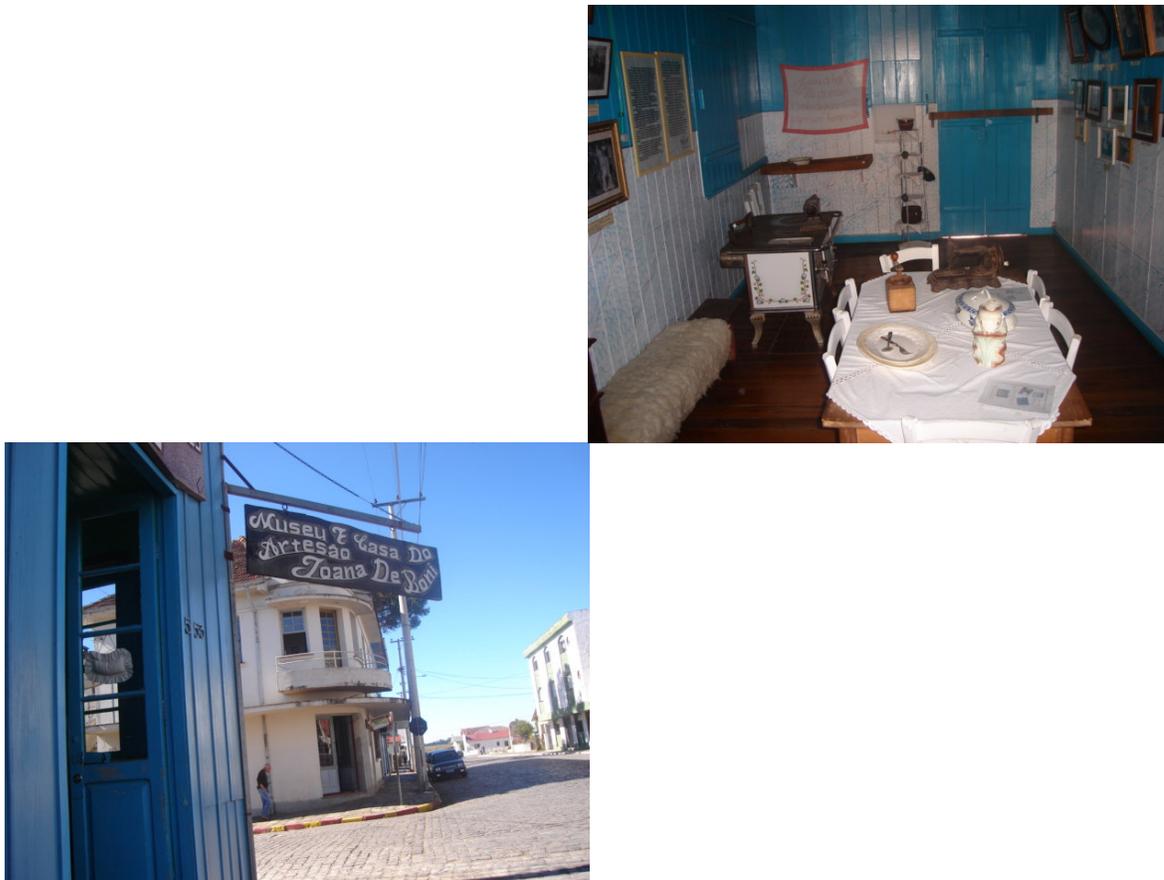


FIGURA 6: Museu e Casa do Artesão Joana De Boni¹⁹

Esse processo de coletar vestígios de uma comunidade, constituindo para isso espaços como o Museu e Casa do Artesão Joana de Boni, o Museu Municipal, o Arquivo e seus acervos, contribui para a construção dessa memória, a que Pollak se refere:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições, que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. [...] A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes. (POLLAK, 1989, p. 9)

¹⁹ Foto tirada em 21/09/2006.

Sintetizando, podemos dizer que o PRNR foi uma ação na tentativa, entre outras, de reforçar, como afirma Pollak, “os sentimentos de pertencimento” no contexto da cidade de Bom Jesus. Tendo compor as primeiras ações em direção à constituição de um projeto que possibilitou a estruturação e a coleta de documentos dessa pesquisa. Um projeto que estabelece uma relação concreta e de certa forma sistematizada entre a cidade e uma parcela de sua população. Assim o PRNR, além de estar vinculado à memória da cidade, está entrelaçado à minha trajetória como pesquisadora.

Temos assim, no percurso deste município, após o início do trabalho relatado, a trama de um outro projeto, subliminar – porque não ultrapassa o limiar da consciência, pois não é suficientemente intenso para penetrar nela, mas que, pela repetição pode atingir o subconsciente, afetando as emoções, desejos, opiniões – àquele iniciado em 1990. Há um projeto de desenvolvimento do sentido de comunidade, do alargamento cultural, do surgimento de um novo olhar sobre a própria comunidade e, portanto, da participação em busca de alegrias a serem compartilhadas.

O capítulo 3 tratará da memória, de como ela será entendida e, portanto teorizada no percurso da pesquisa. Partindo de um primeiro fragmento, o panfleto do cinquentenário, que identifica o espaço geográfico e social de Bom Jesus constituirá através de alguns conceitos que norteiam a investigação e das “lentes e ferramentas” utilizadas, o processo de fundamentação teórico-metodológica da pesquisa (FISCHER, 2005, p. 243).

3 VOZES E PAPÉIS: ESCOLHAS PARA A MEMÓRIA E PARA A HISTÓRIA.

A memória delega ao arquivo o cuidado de lembrar para ela e dispersa os signos, onde ela se depõe, como a serpente à sua pele morta. (NORA, 1984, p. xxvii)

Nesse capítulo, especificam-se as fontes utilizadas, relacionando quais documentos são selecionados e analisados, são papéis, vozes e fotografias. A partir deles foi possível compor o cenário da pesquisa, que identifica a Cidade, geográfica e socialmente e os sujeitos que partilharam desse espaço, num tempo vivido. Faz-se aqui o percurso teórico e metodológico, explicitando alguns conceitos que fundamentam a pesquisa, discutindo memória oral como fonte e História Oral como metodologia.

3.1 UM CENÁRIO POSSÍVEL

Para contextualizar o lugar onde se constituiu essa pesquisa, inicia-se com a análise de um fragmento, porque é dos fragmentos das recordações que ela se compôs e se construiu. Assim a memória e a recordação da Cidade, iniciam com um panfleto, um chamado para uma festa, a festa do Cinquentenário de Emancipação do Município de Bom Jesus, que se transforma em documento e amplia a possibilidade de lembrança. Lembrança não só do evento em si, mas de um momento, de um espaço geográfico e social, de um grupo de pessoas, de laços de amizade, de disputas talvez, mas que, no tempo, cumpre o papel de responder algumas questões que a história formulou sobre a cidade.

Este documento – panfleto da festa do cinquentenário – é um, entre tantos documentos orais e escritos, que seleciono e analiso para tentar, partindo deles, compor cinquenta anos de história da educação no município de Bom Jesus. “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar assim em ‘documentos’ determinados objetos repartidos de outra maneira” (CERTEAU, 1982, p. 81).

Dos quase cem anos transcorridos após sua emancipação, procuro traçar, nesse capítulo, partindo de memórias orais e do documento do cinquentenário, alguns aspectos que permitam perceber que lugar é este? Espaço geográfico e social. Onde fica? Como se estabelece essa sociedade? Quem foram alguns dos homens a construir a história desse lugar? As respostas a essas e a outras indagações permitiram compor um cenário para essa pesquisa.

Assim, tendo como mote um panfleto que convida a comunidade a festejar os cinquenta anos de independência do município, é possível perceber Bom Jesus em diferentes dimensões, que serão aqui explicitadas.

CINQUENTENÁRIO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

16-07-1963 - 1963
A COMISSÃO CENTRAL

Presidente de Honra: Adílio Palma Velho — Prefeito Municipal
Presidente : José Carlos Jacoby — Presidente da Câmara de Vereadores
1.º Vice-Presidente : Frei Getúlio de Vacaria
2.º Vice-Presidente : Boaventura Sülzeira de Almeida

Director Organizador: Ary Keller
1.º Secretário : Dr. Milton Carlos Baggio
2.º Secretário : João Jabur Scandor
Tesoureiro : Juvenal Grazziotin

COMISSÕES AUXILIARES

Comissão de Recepção Presidente: Juvenal Grazziotin Dr. José Artzoly Pereira Xavier Padre Domínio Dinarcy Grazziotin José Antônio Tietzbohrl Lutz Sgarbi Fonseca	Comissão de Desfile Presidente: Edmundo Valentin Zambelli Lutz Jacoby Pereira Hélio Vieira Alfredo Aves Enor Finger dos Santos João Jabur Scandor	Comissão de Ornamentação Presidente: Alba De Nalle Zambelli Frei Getúlio de Vacaria Madre Geni Madre Bona Nair Bueno de Camargo Linda Braghini Gino Faggiani	Comissão de Propaganda Presidente: Frei Getúlio de Vacaria Ernesto Boff Padre Cirilo
---	--	--	--

CONVIDAMOS Para as comemorações do Cinquentenário do Município de Bom Jesus, conforme o seguinte

PROGRAMA

Dia 7 de Julho - Festividades Suplementar a Cargo do ESPORTE CLUBE SANTA CRUZ. — À tarde partida de futebol entre as equipes do Esporte Clube Santa Cruz e Clube 16 de Julho-Juventude. — Comemoração Especial - Local: Campo dos Eucaliptos.

Dia 13 - Encerramento do Ciclo de Palestras promovido pelo Departamento de Cultura do Clube 16 de Julho-Juventude Palestra do Sr. ARTHUR FERREIRA FILHO versando sobre a HISTÓRIA DO MUNICÍPIO — Entrega dos prêmios do Concurso Literário promovido pelo mesmo Departamento — Local: Clube 16 de Julho-Juventude, às 20 horas.

Dia 14 - Festividades Suplementar a Cargo do Clube 16 de Julho-Juventude. — À tarde partida de futebol, final do Campeonato da Cidade, entre as equipes do Santa Cruz e Juventude — Local: Campo da Baixada — À noite, às 22 horas, baile e escola da Rainha do Cinquentenário.

Dia 15 - Festividades Suplementar a Cargo do C. T. G. Presilha do Rio Grande. — À tarde, às 13 horas, Desfile a cavalo; Corrida do ovo; Concurso de rédeas; Tiradas das cabéas; Tiradas das argolinhas; Corridas do oopo d'água; GINKANA A CAVALO, terminando na cidade. LOCAL: HIPICA — À noite, às 22 horas, Baile no Clube 16 de Julho-Juventude e Coroação da Rainha do Cinquentenário. Exclusivamente para sôcios e convidados especiais, num patrocínio da Comissão Central. Preço: Passado.

Dia 16 - DATA NASCIM. DO MUNICÍPIO — Alvorada, às 8 horas — Hasteamento da Bandeira Nacional, às 10 horas — Missa Campal, oficiada por S. Exa. Revmda. Dom Augusto Petrô, Bispo de Vacaria — Clareasco, após a Missa, a cargo do C. T. G. Presilha do Rio Grande, para os convidados especiais, no Ginásio Nossa Senhora das Graças — Orador Oficial: Dr. Milton Carlos Baggio — Festividade, às 14 horas, na Praça Rio Branco, com representação de todas as entidades do Município e a participação extraordinária da Santa Marçal do Colégio Nossa Senhora do Carmo, do Colégio do Sul, abridor e encerrador o desfile — Orador Oficial: Dr. José Artzoly Pereira Xavier — Apresentação da Santa Marçal do Colégio Nossa Senhora do Carmo, após o desfile, na Praça de Esportes do Clube 16 de Julho-Juventude — Arriçamento do Pavilhão Nacional, logo após — À noite Baile a gancho, do C. T. G. Presilha do Rio Grande, às 21 horas, no Clube Santa Cruz — Exclusivamente para sôcios e convidados num patrocínio da Comissão Central.

Dia 21 - Festividades Suplementar a Cargo do Lions Club de Bom Jesus — À tarde, contorcida Ginkana de Automóvel, Local: Praça Rio Branco.

NOTA: Os festejos do dia 16 de Julho serão abrihantado pela Banda Marcial do Colégio Nossa Senhora do Carmo de Caxias do Sul - Composta de 140 Figuras

FIGURA 7: Comemoração do Cinquentenário do Município de Bom Jesus
Fonte: Arquivo Público Municipal de Bom Jesus

O documento, que elejo, intitulado “Cinquentenário do Município de Bom Jesus”, doado ao Arquivo Municipal de Bom Jesus, pelo senhor Juvenal Grazziotin, permite vislumbrar alguns aspectos, dentre tantos possíveis, tendo em conta minha forma de perceber os acontecimentos, minhas interpretações, meu olhar, meu interesse, minha trajetória, meu comprometimento emocional e profissional. Esses elementos conferem, certamente, um caráter subjetivo à análise; objetivamente

comprometida com uma verdade possível a partir das pistas deixadas pelos documentos analisados.

Instauro, ao utilizar o Panfleto, uma transposição, na tentativa de “[...] traduzir de uma linguagem cultural para outra” (CERTEAU, 1982, p. 80), transformando assim uma “produção social” em um “objeto da história”. “Esse gesto consiste em ‘isolar’ um corpo, como se faz em física e em ‘desfigurar’ as coisas para constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto proposto a priori” (CERTEAU, 1982, p. 80), a idéia é recompor esse objeto – panfleto do cinqüentenário – fora do universo do uso, tentando desenvolver um processo histórico de “reemprego coerente” (CERTEAU, 1982, p. 80).

Assim, na recomposição desse evento, tem-se um cenário com alguns indicativos que possibilitam perceber esta cidade, não somente no sentido físico, numa descrição cronológica, com contornos precisos, com a finalidade única de apresentar Bom Jesus em cada detalhe.

O cenário aqui proposto, na forma como é concebido, traz indícios de uma sociedade, das relações entre seus habitantes, de eventos ou projetos que os mobilizou em torno de objetivos comuns ou desavenças, de fatos, guerras que, sob o ponto de vista da memória da cidade, os uniu, uma vez que possibilitou um compartilhamento das lembranças. É, portanto um cenário menos geográfico e mais relacionado à vida dos homens que constituíram um lugar.

As lembranças do Cinqüentenário vão surgindo na medida em que vasculho documentos no Arquivo Municipal, mas não são muitas, algumas fotos, esse panfleto e algumas narrativas, memórias orais gravadas, que hoje se encontram no Acervo de Memória Oral (AMO). Entre essas memórias está a do senhor Juvenal Grazziotin, que relata a realização da festa:

[...] a festa foi grande me lembro que era tesoureiro, fizemos desfiles, parecido com aquele da festa da uva²⁰, [...] para pedir dinheiro, todo o mundo dava, não faltou nem um tostão, sobrou dinheiro. Trouxemos a banda do Carmo e do São Carlos²¹ foi de casa em casa com uma lista, pedindo quantas pessoas o senhor vai hospedar? Tantos, todo mundo

²⁰ Festa reconhecida no Calendário de Eventos do Rio Grande do Sul, realizada no município de Caxias do Sul, serra gaúcha, cuja principal atração é o desfile de carros alegóricos.

²¹ Escola Nossa Senhora do Carmo, escola tradicional Lassalista do município de Caxias do Sul, foi muito tempo internato masculino. São Carlos, escola do mesmo município tradicional internato feminino, pertencente à ordem das irmãs Carlistas.

hospedou, sobrou lugar. Naquele tempo não se gastou um tostão com hospedagem nem com comida. (Entrevista, 1991)

Tem-se assim, na memória de uma festa, a possibilidade de perceber as relações sociais estabelecidas no contexto dessa sociedade que comemora suas conquistas, que exalta seus heróis, que articula seus membros de forma a transformarem uma data, em um evento significativo; onde diferentes segmentos dessa sociedade cumprem um papel, valorizando espaços, rituais, entidades e pessoas num processo que institui os princípios de uma vida em comunidade.

Bom Jesus, localizado nos chamados Campos de Cima, acha-se 1.055 m de altitude, esse município que até 1913 pertencia à Vacaria, emancipou-se no dia 16 de julho desse ano. De início, a terra pertenceu a Santo Antônio da Patrulha. Com a emancipação política de Vacaria, passou a ser o 3º distrito de Vacaria, o da Costa. Ainda assim, devido à distância, os fazendeiros encontravam dificuldade quando precisavam entrar em contato com a sede do município. Era necessária a criação de povoado-sede, onde pudessem contar com mais recursos.

Nos documentos do AMO, o relato de D. Júlia, entre outros, conta que o Sr. Manuel Silveira de Azevedo, quando participou da Guerra do Paraguai, prometeu que, se voltasse vivo, mandaria construir uma capela ao Senhor Bom Jesus do Bom Fim. Retornando, deu início ao processo para sua fundação, através de negociações com as autoridades competentes.

A Lei nº. 1154, de 28 de maio de 1878, do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande, Doutor Américo de Moura Marcondes de Andrade, autorizou a criação da Capela Curada Nosso Senhor Bom Jesus do Bom Fim. Segundo Abreu esta Lei foi contestada pelas autoridades eclesiásticas com as quais o Sr. Manoel Silveira de Azevedo mantinha correspondência (1977).

O decreto para criação da capela é dado pelo bispo Dom Sebastião Lima Laranjeira somente em 26 de março de 1879, autorizando a construção como capela filial de Vacaria, sendo esta data que consta no Brasão do Município. Recebida a autorização, o local foi doado pelo senhor Manoel Silveira de Azevedo e assim foi construída uma pequena capela de madeira ao redor da qual nasceu o povoado de Bom Jesus. Dona Júlia Kramer Acauã, esposa do Cel. Joaquim Marques da Silva Acauã, prefeito de Bom Jesus de 1926 a 1929, relata como foi a construção do que é hoje a Igreja Matriz do Município.

Meu marido, foi convidado para assumir a prefeitura, impus que fosse construída uma igreja, o nome da paróquia foi escolhido pelo doador do terreno, que tinha feito uma promessa que se voltasse com vida da guerra do Paraguai faria uma igreja para Bom Jesus de Guapi. (Entrevista, 1990)

O povoado progrediu e, com o passar do tempo, surgiu a idéia da emancipação política do até então 3º distrito de Vacaria. As tratativas para a emancipação foram longas. Finalmente, em 1913, uma comissão constituída pelos senhores Dr. Saturnino Inácio Dutra e Dr. Virgílio Corrêa de Mello, chefiada pelo Cel. Laurindo Paim de Souza, tomava as providências preliminares para a emancipação. Sobre essa ocasião, tem-se a seguinte lembrança:

Meu pai era membro ativo do Partido Republicano, e com a reunião para a emancipação do município, foi em caravana para Vacaria em 15 de julho de 1913, foram 60 homens a cavalo. Fizeram uma ata que não existe mais. Seu Teco Ambrósio tinha um processo, quando os Assizistas²² passaram em Bom Jesus tomaram a prefeitura e queimaram todos os papéis, inclusive a ata de emancipação do município. [...] Descrevo o ato de emancipação como meu pai contava que foi. (Vicente Ribeiro Hoffman, entrevista, 1991)

O então Presidente da Província, Sr. Carlos Barbosa, não era favorável à criação de novos municípios. Foi necessário retardar a medida até que se empossasse o novo Presidente eleito, Dr. Augusto Borges de Medeiros. Este, pelo Decreto 2000 de 16 de julho de 1913, declarou criado o Município de Bom Jesus, passando o mesmo à categoria de vila, e em 1940, à de cidade²³. Seu primeiro intendente foi o Engenheiro Arthur da Silva Ferreira.

Encontramos no panfleto do cinquentenário o nome de diferentes membros da comunidade como participantes de comissões específicas que se destinavam a compor e organizar a comemoração da data. Dentre esses, pode-se constatar que o responsável pela palestra de encerramento é o historiador Cel. Arthur Ferreira Filho, autor de diversas obras, entre elas a *História Geral do Rio Grande do Sul, Revoluções e Caudilhos*. Escreveu ainda *O Município de Bom Jesus*, primeira obra sobre esta localidade, que traz aspectos geográficos, políticos e históricos do município destacando a relação de Bom Jesus com as guerras em que o Rio Grande

²² “Assizistas” e “Borgistas” eram as denominações encontradas nos relatos para quem, na guerra, se encontrava ao lado do Assis Brasil e Borges de Medeiros respectivamente.

²³ O município dividiu-se até 2006 em 06 (seis) Distritos: 1º Distrito: Bom Jesus; 2º Distrito Capela São Francisco; 3º Distrito: Capão do Tigre; 4º Distrito: Casa Branca; 5º Distrito: Santo Inácio e 6º Distrito: Itaimbezinho. Em 1992, emancipou-se o então 3º Distrito, denominado São José dos Ausentes.

do Sul tomou parte e até em outras de nível nacional. Esse historiador é filho do primeiro intendente do município

Nas comissões do evento destacam-se nomes que, no decorrer da pesquisa, aparecem ocupando cargos públicos ou a frente de outras comissões destinadas à construção de diferentes obras em benefício da comunidade. Entre essas, marcaram no campo específico da educação, a construção do Ginásio Nossa Senhora das Graças, Escola Normal João XXIII e o Colégio Nossa Senhora de Fátima, conhecido como “Colégio das Irmãs”.

Percebe-se, no processo de tecer história da educação em Bom Jesus, indícios de mobilizações, de uma parcela dessa sociedade, em torno de necessidades comuns, movimentos que denunciam objetivos compartilhados. Nesse caso, o objetivo era a ampliação da rede de ensino, para que os filhos dos moradores locais não deixassem a cidade para continuar seus estudos, tendo que freqüentar colégios em locais distantes, vendo seus familiares esporadicamente, onerando também o orçamento familiar, pois, em relação ao aspecto financeiro, poucos tinham condições de assumir esses gastos com educação. Nesse sentido, seu Juvenal comenta “[...] tinha gente mais humilde que falava, (sic.) você sabe... aí eu dizia vocês que precisam mais! Quem tem mais dinheiro manda os filhos estudar fora, internos, manda para Vacaria, para Porto Alegre. Então todo mundo ajudava, todos precisavam”. (1991)

A observação do documento chama a atenção para outro aspecto com relação aos habitantes de Bom Jesus. Os nomes: José Arizoly Pereira Xavier, Juvenal Grazziotin, Edmundo Valentin Zambelli, Luiz Jacoby Pereira, Antônio Tietböhl, Linda Braghini, Alba de Nalle Zambelli, Enor Finger dos Santos, João Jabur Scandor são pessoas que, entre outras, ao longo da pesquisa, aparecem como lideranças em diferentes momentos do percurso histórico do município. Algumas dessas, durante os anos analisados, destacaram-se exercendo diferentes atividades profissionais: professores, políticos, padres, advogados, comerciantes, indivíduos cujos nomes são lembrados nas entrevistas que compõem o Acervo de Memória Oral do Município, fazendo parte da memória da população como aqueles a quem a comunidade, de alguma forma, encontra-se devedora e cujo papel foi fundamental no cenário material e discursivo da cidade.

Chamo atenção, no momento, para seus respectivos sobrenomes que são indícios de uma colonização diversificada; famílias, em sua maioria, de origem

italiana, portuguesa e alemã numa miscigenação que torna difícil caracterizar um predomínio étnico. Os Campos de Cima da Serra, até início de sua ocupação, eram habitados por indígenas. Em alguns lugares, encontram-se ainda vestígios de sua passagem²⁴.

O povoamento com outras etnias ocorreu no início do século XIX, com a vinda dos bandeirantes e tropeiros que, procurando passagem para o gado, encontraram a vastidão dos campos e iniciaram as primeiras fazendas. Uma das principais, foi fundada no século XIX, chamava-se “Santa Cruz” e originou-se da posse de terras por um oficial de milícias, a quem, mais tarde, um representante do rei outorgava a carta de sesmaria.

Ainda hoje, ao longo dos campos, vêem-se grandes extensões de cercas de pedra bruta, as taipas, resquícios das sesmarias que permanecem dividindo as propriedades. Observam-se também, restos de corredores de taipas, que serviram para os tropeiros seguirem com mais facilidade com as tropas de gado que por aqui passavam rumo à Feira de Sorocaba, em São Paulo, ou para outros centros comerciais. As tropas cruzavam o rio Pelotas no Passo de Santa Vitória, onde antes de 1800 foi construída uma pequena capela em homenagem a Santa Vitória, essa com a desativação do Registro²⁵, caiu em ruínas e desapareceu.

Segundo as narrativas de dona Sueli, Seu Doti e seu Edmundo, a manutenção das fazendas da região era feita pelos tropeiros de mulas arreadas. Foram eles, os tropeiros, que difundiram as belezas do local, a riqueza de suas aguadas e a necessidade de profissionais em diversas áreas, tais como pedreiros, seleiros, carpinteiros, comerciantes, entre outros. As informações difundidas por eles trouxeram para Bom Jesus, com o objetivo de comprar fazendas, os portugueses, destacando-se como mais tradicionais as famílias Camargo, Almeida, Arruda, Cezar, Dutra e Silveira (ABREU, 1977).

Os alemães – originários principalmente de Três Forquilhas – fixaram-se em Bom Jesus no final do século XIX. Assim os Jacoby, Hoffmann, Finger, Kramer e

²⁴ Detalhes sobre a ocupação indígena nos Campos de Cima da Serra pode ser encontrado SANTOS, Lucila Maria Sgarbi, VIANNA, Maria Leda Costa, BARROSO, Vera Lucia Maciel (orgs.). Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil meridional. Porto Alegre: EST, 1995 e SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lucia Maciel (orgs.). *Bom Jesus: na rota do tropeirismo no cone sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

²⁵ Local de coleta de impostos por onde passava as tropas de gado, para saber mais ver: SANTOS Lucila Sgarbi; VIANNA, Maria Leda Costa; BARROSO, Vera Lucia Maciel (orgs.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995.

Tietböhl estão entre os primeiros alemães a se estabelecerem na região. Com eles, gradativamente, se organiza a Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

No início do século XX, chegam as primeiras famílias de origem italiana: os Boff, Piazza, De Boni, Sebben, Baroni, todos nascidos no Brasil. Os italianos suprem a carência de ofícios, pois se estabelecem aqui pedreiros, marceneiros, carpinteiros, seleiros e comerciantes. Depois da emancipação do município, vieram outros como Francisco e Domingos Spinelli, nascidos na Itália; mais tarde, chegaram as famílias Grazziotin e Baggio. No município, hoje – devido ao entrelaçamento entre índios, negros, portugueses, alemães e italianos – surgiu um povo com características étnicas próprias.

Um outro aspecto a ser observado diz respeito às entidades que sediaram os acontecimentos durante as festividades, assim o esporte Clube Santa Cruz, o Clube 16 de Julho Juventude, o C. T. G. Presilha do Rio Grande, o Colégio Nossa Senhora das Graças e o Lions Clube de Bom Jesus, aparecem no panfleto como entidades importantes que serviram de apoio a esse evento comemorativo.

Atualmente, nos aspectos relativos aos esportes e à recreação, a cidade mantém as entidades mencionadas no documento acrescidas de outras que foram sendo criadas pela comunidade. A entidade mais antiga é o Clube 16 de Julho Juventude, resultante da união do Clube 16 de Julho e do Clube Juventude. Seguem-se a esse o Esporte Clube Santa Cruz, CTG Presilha do Rio Grande, o Clube Nossa Senhora de Fátima, o e o CMD (Conselho Municipal de Desporto). Entre os Clubes de Serviço destacam-se o Lions Clube e Rotary Clube.

Vê-se no documento que no dia 16 de julho, data de culminância dos festejos, os membros da comunidade são convidados a participar de uma missa campal, de suma importância por ser oficiada pelo bispo da diocese Dom Augusto Petró. Esse fato é um indício de que essa comunidade está em conformidade com a tradição oral, é predominantemente católica visto que a festa em questão será comemorada com missa em presença do Bispo.

Mesmo constando-se que o catolicismo era predominante, algumas peculiaridades podem ser destacadas. Entre essas, aspectos relacionados à doutrina espírita, que encontra muitos adeptos na cidade: famílias conhecidas na comunidade eram tradicionalmente espíritas. Isso pode ser percebido nas falas de muito dos entrevistados “Sou espírita, meu pai mudou de religião e criou a família na doutrina espírita”, diz dona Alvina Gonçalves de Camargo (Entrevista, 1998).

Também dona Luiza, filha de Francisco Spinelli, reconhecido estudioso e divulgador da doutrina, afirma:

Fui criada dentro da doutrina espírita, meu avô materno sempre foi espírita, meu pai estudava para padre na Itália, quando começou a namorar minha mãe pôs-se a ler os livros do sogro e estudar a doutrina, tornou-se uma referência dentro do espiritismo no Rio Grande do Sul. (Luisa Spinelli, entrevista, 1992)

A doutrina espírita é marcadamente um traço característico de Bom Jesus. O Centro Espírita "Amor de Jesus", criado na sede, em 19 de fevereiro de 1915 pelos Srs. Francisco Spinelli, Simeão de Camargo Varela, Higino Pinto, Marcírio Cardoso de Oliveira, Virgílio Correa de Melo, Frutuoso Luiz Araújo, Arthur Ferreira Filho, Elim Ferreira Primo e Boaventura Ramos, conta com muitos adeptos. Nesse centro espírita, criou-se, em 1950, a Escola Espírita Eduardo Gans, que funcionou de 1950 a 1957, atendendo a alunos carentes da comunidade.

O templo da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, fundado em 1975 pela comunidade alemã, e a Igreja Evangélica da Assembléia de Deus, são as outras duas igrejas com número significativo de fiéis. Não houve, entre os 28 entrevistados, nenhum depoimento referente a essa última. Com relação à religião Luterana no município, temos os seguintes relatos:

Meu avô era Luterano quando veio de Três Forquilhas, aqui não tinha nada, o pastor vinha de Três Forquilhas de tempos em tempos. E ia os filhos dele pra lá se confirmar. Lá tinha professor bom. (se refere a Três Forquilhas) De vez em quando vinha pastor pra casar, pra confirmar os filhos dele. Em 1975 é que foi construída a comunidade Luterana. No começo (antes da construção da igreja) os pastores não falavam português só alemão. Quando eu fui batizado já falava português. A comunidade sempre foi crescendo devagar Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Agora tem muito brasileiro, preto, esses pardos encheram a igreja, confirmou muita gente. (fala isso como um aspecto positivo, que ajudou no crescimento da comunidade luterana). Antigamente o pastor vinha ficavam 15 dias dando instrução e confirmação. [...] A comunidade Luterana era muito pequena, não era organizada então nós íamos a tudo que era festa.. (se refere a que os luteranos freqüentavam festas católicas). (Edmundo Jacoby, entrevista, 1994)

Minha mãe era Luterana e meu pai Católico. [...] Em 1933 o Pastor João Munder deu instrução para a comunidade, em 13 de agosto desse ano se deu a primeira confirmação Luterana, que não era de confissão, na comunidade. Essa época eu já estava pensando em mudar de religião, mas não me confirmei. (Vicente Ribeiro Hoffman, entrevista, 1991)

No processo de relacionar as memórias e o documento do cinquentenário para compor o cenário da pesquisa, elementos diferentes se entrelaçam, se

articulam e complementam-se para dar sentido ao contexto da cidade, possibilitando tecer uma outra história que traz outros matizes, fala de outras pessoas e lugares que não àqueles referidos nos documentos oficiais.

No panfleto, o Ginásio Nossa Senhora das Graças, inaugurado em 31 de março de 1953, aparece como local onde foi servido o almoço para os convidados especiais no dia 16 de julho de 1963. Essa escola transformou-se, posteriormente, em Colégio Estadual Frei Getúlio, em homenagem ao grande incentivador da cultura e da educação no Município, falecido em dezembro de 1969. O nome do Frei Getúlio consta na “comissão de propaganda”, “comissão de ornamentação” e como o primeiro vice-presidente da “comissão central”.

Tendo uma participação marcante num evento emblemático da Cidade e a partir de alguns depoimentos é possível afirmar que frei Getúlio foi uma personalidade que ficou na memória de Bom Jesus, devido a uma personalidade peculiar, uma maneira de agir pouco comum aos padres da época e grande capacidade de liderança frente à comunidade. Essa capacidade de liderança é confirmada nas memórias da dona Ernesta Mazzarolo, que trabalhou com os padres na função de doméstica de 1950 a 1981, continuando com as atividades junto a Canônica após sua aposentadoria, e da professora Ilma Jacoby De Boni, primeira professora estadual a trabalhar do Ginásio Nossa Senhora das Graças, cedida pelo Estado em 1956. Ambas descrevem Frei Getúlio como alguém extraordinário, que muito fez pela educação no município.

Em seus depoimentos, dona Ernesta e professora Ilma, respectivamente, afirmam:

O Getúlio era uma criança velha, brincava com os guri na rua, era um troço fora do comum. Me representa que era diferente das outras pessoas, Tinha um coração que não guardava mágoa, era alegre, expansivo, gostava de cantar, ir a festas nos clubes. Os padres criticava ‘por que você vai lá?’ ele dizia: ‘enquanto eu for lá todo mundo se comporta bem, eu não digo nada, só minha presença chega’. Não tinha maldade, falava com as criança com os velhos. [...] quando ele morreu, é muito triste falar disso, ele tinha combinado que ia subir para rezar a missa e não vinha, não vinham o padre Valério veio rezar a missa. Deu uma ventania, ficamos no escuro, um chorava num canto, outro no outro. O povo sentiu muito, foi o enterro de mais gente que eu já vi, tinha muita gente, era uma tristeza terrível”. (Ernesta Maria Mazzarolo, entrevista, 1994)

Era dinâmico, lutador fazia de tudo para conseguir o que queria tinha muita fibra. Valorizava os professores dele, tinha muito conhecimento e também tinha franqueza de perguntar o que não sabia. Tinha uma personalidade marcante comenta [...] algumas pessoas não aceitavam bem a idéia de um religioso freqüentar os ambientes sociais (os quais ele freqüentava), mas a

maioria tinha muito carinho e respeito. (Ilma Jacoby De Boni entrevista, 1994)



FIGURA 8: Frei Getúlio – (Romano Lino Toigo)
Fonte: Arquivo Municipal de Bom Jesus, Acervo de fotografias.

O Colégio Frei Getúlio, como hoje é conhecido, recebe atualmente, alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, Habilitação Curso Normal: Educação Infantil e os quatro Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como Técnico em Contabilidade – Área de Gestão.

Ao longo das administrações municipais é possível perceber os movimentos políticos e sociais que determinaram à constituição da educação, em âmbito regional, até os dias atuais. Na ocasião do cinquentenário, entre os destaques estão: o Colégio Nossa Senhora das Graças e o Grupo Escolar Conde de Afonso Celso observação possível pelas fotos do desfile de carros alegóricos.



FIGURA 9: Desfile do Cinquentenário do Município de Bom Jesus. Carros Alegóricos das escolas Conde de Afonso Celso e Ginásio Nossa Senhora das Graças, respectivamente.

Na comemoração dos cinquenta anos de emancipação do município, o prefeito era o senhor Adílio Palma Velho seu nome aparece acima, no canto esquerdo do documento.

A cidade iniciou sua administração com intendentess, tendo entre o poder executivo alternância entre nomeados e eleitos por voto direto, na lista de seus administradores constam os nomes de quantos assumiram o mandato²⁶, independente do tempo que o exerceram, antes e após, o senhor Adílio Palma Velho.

Algumas das guerras em que o Rio Grande do Sul foi protagonista e também àquelas mais diretamente relacionadas ao país, marcaram de diferentes formas a comunidade de Bom Jesus, as memórias de vários sujeitos assinalam esses eventos sendo possível perceber a influência dessas na vida da comunidade.

Duas guerras que deixaram marcas na História do município foram a Guerra do Paraguai, onde vários bom-jesuenses, tanto soldados como oficiais, lutaram, sendo que muitos não retornaram; e a Revolução de 1893 que embora não tenha registrado qualquer combate de importância, serviu para a estagnação do povoado.

²⁶ *Intendentes*: 1913 a 1919 Arthur da Silva Ferreira; 1919 a 1923 Antônio Inácio Velho; 1924 a 1925 Alfredo Boeira (vice-intendente assumiu); 1926 a 1929 Cel. Joaquim Marques da Silva Acauan; 1930 a 1931 Arthur Ferreira Filho. *Prefeitos Nomeados*: 1931 a 1932 Luíz Ignácio Dutra (1º prefeito)/José Padilha Silva (assume em 15 de agosto); 1932 a 1933 Amílcar Albuquerque (toma posse alguns dias após José Padilha ter assumido); 1933 a 1935 Jovedino da Fonseca Sant'Anna. *Prefeito Eleito*: 1935 a 1939 Luíz Ignácio Dutra. *Prefeitos Nomeados*: 1939 a 1942 Cap. Gentil Machado de Godoy; 1943 a 1944 Leônidas Coelho Souza. *Prefeitos Eleitos*: 1945 a 1950 Borges Pinto; 1951 a 1952 Áureo Ribeiro Velho; 1952 a 1955 Otílio de Lima Pereira; 1956 a 1959 Áureo Ribeiro Velho; 1960 a 1963 Adílio Palma Velho; 1964 a 1969 Francisco Odilon Guazelli Porcínio; 1969 a 1973 Heloís de Lima Dutra; 1973 a 1977 Luíz Sgarbi Fonseca; 1977 a 1981 Heloís de Lima Dutra; 1981 a 1982 Arlindo Pannebecker (vice- prefeito); 1982 a 1983 Vilson Ramos Barcellos (presidente da Câmara); 1983 a 1988 Leandro Schunden Vieira; 1989 a 1992 Geraldo Spinelli Grazziotin; 1993 a 1996 Luiz Antônio de Oliveira Paim; 1997 a 2000 Júlio Cesar Pannebecker; 2001 a 2004 Geraldo Spinelli Grazziotin; 2005 a 2008 José Paulo Almeida.

A presença de forças em movimento criou um clima de insegurança, inadequado a qualquer iniciativa construtora. A partir de 1893, quando passou rumo ao Paraná a coluna de Gumercindo Saraiva, a região entrou em efervescência. Atrás dos revolucionários vinha a Divisão do Norte, comandada pelo General Francisco Rodrigues de Lima, tendo como conselheiro e guia político o Senador Pinheiro Machado. Ambas as colunas passaram apressadamente, sem causar maiores danos, a não ser o arrebanhamento de gado (CORREA, 1959).

Algumas dessas guerras e suas conseqüências são relatadas pelos mais velhos, entre elas a revolução de 23 é a mais lembrada.

No movimento revolucionário de 1923, o território de Bom Jesus sofreu intensamente as conseqüências. A cidade foi ocupada por forças de ambos os partidos, Maragatos e Chimangos. Os republicanos do município contribuíram com três esquadrões de 82 praças e quatro oficiais cada um para Brigada do General Firmino Paim Filho. Ao narrar suas memórias, muitos dos entrevistados fazem alusão a Revolução de 23, são lembranças que formam um conjunto de recordações apontando para formação de uma memória coletiva dessa guerra. Nos depoimentos que seguem percebemos alguns indícios do que representou esse episódio:

Na revolução de 23, meu pai era Borgista, do lado do Major Antônio Inácio Velho. Lembro que em minha casa tinha um telefone a manivela que tocava no "Chico Manco" e em Vacaria, meu pai tava aquartelado nos Sgarbi (Chico Manco ou Sgarbi é a localidade também conhecida como 2º distrito), vieram as forças do Castelo Branco que eram assizista, contrários a meu pai e foram arrancar o telefone da parede. A minha mãe pediu para falar com o marido pra dizer que a filha estava doente, no final da conversa a mãe diz '[...] vou desligar que as forças do Castelo Branco estão aqui' '[...] com essa conversa nós poderia lhe matar, a senhora deu pista de onde estão nossas forças'. Mas como minha mãe era comadre do Castelo Branco só arrancaram o telefone. (Luisa Spinelli, entrevista, 1992)

Meu pai era Borgista e na revolução de 23, o Castelo Branco que era Assizista mesmo assim, avisou que ia ter um grande tiroteio na cidade. Levaram os colchões para o porão e teve um tiroteio na cidade que só terminou quando clareou o dia. Até hoje tenho pavor de política. (Clotilde De Nale Dutra, entrevista, 1993)

Os Libertadores incorporaram-se às forças de Fabrício Vieira e às do General Felipe Portinho. A 6 de maio de 1923, Fabrício Vieira, surpreendeu desguarnecida a sede do município, ocupando-a com uma força de 200 homens, vindos de Santa Catarina, dos quais grande parte eram elementos do município de Vacaria, organizados em Lages. Poucos dias depois, devido à aproximação do 4º corpo da

Brigada de Paim Filho, Fabrício Vieira afasta-se na direção do rio Pelotas; no entanto, é alcançado antes de conseguir atravessar para Santa Catarina (estado vizinho), travou-se um tiroteio no lugar denominado Invernada Velha (ABREU, 1977).

Os prejuízos dessa revolução foram enormes, principalmente os sofridos pelos fazendeiros. Nessa revolução falece, aos 38 anos de idade, no Combate do Rio das Contas, o Major Antônio Inácio Velho, Intendente do Município. As lembranças desse episódio são relatadas por seus filhos:

Tenho vivas recordações do meu pai, quando foi intendente em Bom Jesus, a recordação maior foi quando partiu pra aquela noite trágica em 1923 (fala da batalha do Rio das Contas quando foi morto na revolução de 23), antes dele partir fiquei segurando o cavalo dele enquanto ia se despedir da minha mãe. As últimas palavras fora 'Deus te abençoe meu filho'. [...] Era republicano do Borges de Medeiros, [...] se reelegeu intendente, morreu no local conhecido hoje como Morro do Bombeiro. [...] Recordo-me quando passaram por aqui as forças contrárias, as força do Fabrício. (Argeu Ribeiro Velho, entrevista, 1993)

Meu pai era intendente, nomeado pelo governador. Na revolução de 23 pegou posto de major e lutou ao lado de Borges de Medeiros contra o Assis Brasil. Meu pai morreu na batalha do rio das Contas. Era muito forte a disputa no município, meu pai era homem de muita coragem, morreu no campo de batalha, foi considerado herói de guerra. (Maria dos Prazeres Ribeiro Velho, entrevista, 1990)

Devido à sua morte, assume, até o fim do mandato, o vice-intendente Alfredo Boeira, que já vinha exercendo o cargo de intendente desde o início da revolução; conseguiu restaurar as finanças abaladas pelo movimento revolucionário, além de efetuar obras públicas na cidade e no interior. Foi sucedido pelo Tenente-Coronel Joaquim Marques Acauan, que havia comandado o 9º Corpo Auxiliar da Coluna do Coronel Claudino Nunes Pereira em operações de guerra em Santa Catarina e Paraná. No período ditatorial, em 1º de janeiro de 1931, assumiu o cargo de prefeito, nomeado pelo Interventor Federal General Flores da Cunha, o Coronel Luiz Ignácio Dutra, que permaneceu no cargo durante mais de um ano.

Ao irromper a Revolução Constitucionalista de São Paulo, com o apoio de grande parte dos dois partidos políticos do Rio Grande do Sul, o Prefeito Luiz Ignácio Dutra, discordando da orientação do Interventor do Estado, exonera-se de suas funções, passando-as, a 15 de agosto de 1932, ao subprefeito José Padilha da Silva. Logo esse foi substituído pelo senhor Juvedino da Fonseca Sant'Anna, nomeado pelo general Flores da Cunha.

Lembro também da revolução de 30, o Flores da Cunha que era interventor, nomeou o coronel Juvidino Sant'Ana como chefe político no município, ele era muito perseguidor, prendia os adversários por nada, inventavam alguma coisa e prendiam. [...] Em 35/36 mais ou menos, o Juvidino Sant'Ana foi prefeito, era adversário do meu pai. [...] nessa época agente não dormia, apedrejavam as casas, as moças não podiam sair na rua, veio o exercito de Vacaria. Minha casa, porém nunca foi apedrejada, meu pai dizia para não se preocupar que não ia acontecer nada. (Luisa Spinelli, entrevista, 1992)

É interessante pensar sobre como alguns desses fatos fazem parte dos acontecimentos do Estado ou mesmo têm repercussão nacional, mas é, no entanto, nas memórias de lugares pequenos que esses eventos preservam suas singularidades. Em espaços geográficos menores “se desenvolvem tantas memórias coletivas originais que mantêm por muito tempo lembranças de acontecimento” (HALBWACHS, 2004, p. 84). São acontecimentos que “repercutem sobre essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la” (HALBWACHS, 2004, p. 84).

Contando com as memórias de sujeitos que viveram diferentes momentos na história do município de Bom Jesus, emerge aqui um cenário que ressalta os aspectos históricos de fundação e emancipação do Município. Pode-se saber de algumas das suas principais datas significativas, sua localização geográfica, as guerras e sua repercussão na localidade, alguns fatos que dizem respeito à religião, à educação, aspectos relacionados, não só à formação de uma cidade, mas à constituição de uma comunidade, numa “prática descontínua” de perceber esse ambiente social (CHARTIER, 2002, p. 78).

Certamente ficaram lacunas, espaços a serem preenchidos por outras memórias e que poderiam ter sido escolhidas em detrimento, ou juntamente, com essas. No entanto, com essas escolhas foi possível, pelas narrativas e com os recortes realizados, desenhar um cenário, permitindo, com ele, o vislumbre de um tempo passado que, por sua vez, contribui para a construção do que, no decorrer da pesquisa, é analisado como uma comunidade de memória que emerge das lembranças de pessoas, que partilham códigos, condutas e revezes. São diferentes elementos, por vezes identitários de seus membros e por outros, compõem singularidades que tornam cada membro um ser único, mas que no decorrer do processo de investigação, ajudam a construir uma história comprometida com a memória oral de seus habitantes.

O documento do Cinquentenário, mais do que informar que município é esse, transportar para o passado e despertar a curiosidade sobre ele, tem a intenção de

compreender o ambiente social em sua “[...] especificidade [...] inscrita em seus lugares (e meios) de produção e em suas condições de possibilidades [...] interrogada em seu modo de abonação e veracidade” (CHARTIER, 2002, p.77).

O panfleto desencadeou um processo de encontrar datas, fatos, eventos e atitudes que permitiram “viajar” na memória, colher fragmentos e compor uma história, embora sobre ela, a festa, pouco se saiba ou venha a saber. Como foi? Quem mais participou dela? O que isso representou para o município? Que lugar a comemoração do cinqüentenário ocupa na memória dos habitantes da cidade? Daqueles que ajudaram a organizá-la, que a assistiram ou – como eu – só ouviram falar dela?

A essas indagações, embora suscitem curiosidade, ter-se-á poucas respostas, mas ao longo da pesquisa outras questões vão sendo encontradas. Respostas, muitas vezes, às perguntas que não foram feitas. Ao vasculhar os documentos, surgem muitas perguntas. Algumas são respondidas no processo de pesquisa, outras continuaram sem respostas.

Ao documento do cinqüentenário, no decorrer do trabalho, unir-se-ão outros: narrativas orais de histórias de vida depositadas no AMO, atas, livros-ponto e documentos escritos, analisados de forma a compor uma História. As fotografias também são selecionadas e utilizadas, não como artefato isolado ou analisadas em termos de qualidade, tipo, forma; mas tomadas na dimensão de documentos da pesquisa, para corroborar fatos e permitir a visualização de lugares e pessoas. A base do trabalho, contudo, está na escuta dos documentos orais. Segundo Conerton, “quando os historiadores orais ouvem [...] aquilo que seus informantes têm a dizer, descobrem uma percepção do tempo que não é linear, mas cíclica. A vida do entrevistado não é um *currículo vitae*, mas uma série de ciclos” (1999 p. 23).

O desafio e o objetivo é perceber, nesses ciclos da vida, uma interligação, de forma que seja possível uma construção histórica, pois,

A atividade de reconstrução histórica, quer seja sistematicamente reprimida, quer floresça expansivamente, leva à produção de histórias escritas, formais. Existe, contudo, um fenômeno mais informal processualmente e mais difundido culturalmente do que a atividade de produzir histórias desse tipo. A produção de histórias narrativas, contadas mais ou menos informalmente, revela-se como uma atividade básica para a caracterização das ações humanas, é um traço comum a toda a memória comunal. (CONERTON, 1999, p. 19)

Acredito que interligando as narrativas, amalhando, separando e analisando os documentos que emergiram a partir de 1990, seja possível produzir uma História da Educação no Município de Bom Jesus entre os anos de 1913 a 1963.

3.2 DIMENSÕES DA MEMÓRIA

[...] El cultivo de la memoria es una obligación legal. Y lo es porque lo que somos debemos en buena medida a nuestro pasado; lo es porque la memoria de lo que fuimos nos vincula a un grupo, nos proporciona el sentido de pertenencia a una comunidad, nos identifica con otro junto a los que existimos y actuamos como seres sociales; lo es porque nuestra personalidad tiene mucho que ver con nuestra memoria. (SORIA, 2006, p. 52)

Todo o lugar, tomado geográfica ou socialmente, tem um passado. Esse passado pode, num dado momento, sofrer intervenções, assim, é possível submetê-lo a processos de esquecimento e apagamento, um exemplo dessa situação pode ser observada em sociedades submetidas a regimes totalitários, como foi o caso da ditadura Franquista na Espanha - relatada por Soria – que tudo fez para provocar a amnésia forçada de uma sociedade, levada a esquecer o que não é desejado num determinado tempo, implantando outra memória, condicionada a um regime de verdade intencionalmente criado (2006).

Contudo, em um processo inverso, pode-se provocar o reavivamento e redimensionamento da memória de uma comunidade, submetendo-a a um processo de coleta de vestígios, sinais, marcas que ficaram nas recordações das pessoas, nos registros em papéis, em fotografias, em imagens, em símbolos, em festas e demais marcadores que são capazes de identificar um tempo passado.

São processos aparentemente antagônicos – reavivamento/apagamento – mas com pontos de convergências que se entrecruzam. Ambos estão vinculados às duas faces da memória: lembrança e esquecimento. Como as sociedades recordam? Por que recordam? Como rememoram ou esquecem? O que produz o esquecimento? Que fatores são responsáveis pela dilatação da memória ou por definhá-la?

Esses questionamentos podem referir-se tanto à memória de um indivíduo como a de um pequeno grupo que compartilha alguns aspectos de vida em comum

ou ainda de uma cidade, como espaço geográfico e social, caracterizando uma comunidade.

É do entrelaçamento desses três aspectos que decorre a análise dessa pesquisa. Uma pesquisa que tem, no reavivamento da memória de um lugar, a possibilidade de construir uma História, identificando – nos relatos de memórias individuais, nos documentos coletados, nos objetos recolhidos, nos lugares construídos para guardar essa memória – os indícios, as marcas, as pegadas que determinaram caminhos a serem seguidos na historicização de uma cidade, em diferentes dimensões que se possa escolher.

A dimensão que se pretende considerar é a História da Educação de Bom Jesus, que, pela análise de um conjunto de lembranças individuais e pelo reavivamento da memória, que emerge dos lugares construídos para guardá-la, possibilita o surgimento de uma memória coletiva no que diz respeito à história da educação do município.

Assim, o trabalho se constrói através de documentos orais e se fundamenta, entre outros, no conceito de “memória coletiva”. Esse conceito permite justificar a construção da História da Educação em Bom Jesus nesses 50 anos. Segundo Halbwachs “a memória coletiva avança, no passado até certo limite, mais ou menos longínquo [...] para além desse limite ela não tinge mais os conhecimentos e as pessoas numa apreensão direta” (2004, p. 135). Quando existem memórias individuais sem pontos de contato entre elas, não existe possibilidade de História, os depoimentos não têm sentido senão em relação a um grupo do qual fizeram parte (HALBWACHS, 2004).

Nesse trabalho, os pontos de contato entre as memórias orais propiciaram a permanência de tempo necessária para que exista uma memória coletiva, onde as lembranças se complementam e tornam possível uma História a partir delas. Assim, “a permanência se dá pela memória e pelo tempo. O tempo apreendido na memória ‘reflete’ a permanência” (HALBWACHS, 2004, p. 25).

O tempo que para Halbwachs importa, em uma discussão que envolve lembranças, é aquele que permite conservar e lembrar acontecimentos produzidos num espaço determinado. Pode-se não lembrar da data de um acontecimento, mas há todo um quadro de dados temporais aos quais a lembrança se relaciona.

Ao se recorrer às memórias para construir uma História observa-se, algumas vezes, que nelas não está o fato, a data precisa do acontecimento, mas sua

repercussão naquela sociedade. Assim, para a análise de alguns grupos e/ou de aspectos específicos de uma sociedade pequena, não importa que diferentes fatos tenham acontecido em um mesmo ano se essa simultaneidade não foi reconhecida pelos contemporâneos.

Cada grupo definido localmente tem sua própria memória, e uma representação do tempo que é somente dele. Acontece que cidades, províncias, povos, fundem-se numa nova unidade, logo o tempo comum se amplia e, talvez, avance mais no passado, ao menos para uma parte do grupo, que se encontra então a participar de tradições mais antigas. (HALBWACHS, 2004, p. 111)

Portanto, as questões sobre memória e o lugar que ocupam nessa pesquisa remetem, inevitavelmente, a uma reflexão sobre o espaço, uma cidade, e o tempo, esse tempo que já passou e se tenta recuperar de alguma forma, para que se possam realizar pesquisas historiográficas, utilizando o documento oral como fonte.

Paul Ricoeur, pesquisando os escritos de Santo Agostinho em *Confissões*, contribui, além de Halbwachs, para uma reflexão sobre o tempo, pois analisa, junto ao objeto de seu estudo, a relação quanto ao ser e o não ser do tempo. Apresenta, para iniciar a discussão, o “argumento cético”, junto a esse argumento problematiza o papel da linguagem, que o contrapõe.

Segundo o argumento cético “[...] o tempo não tem ser, posto que o futuro ainda não é, que o passado não é mais e que o presente não permanece” (RICOEUR, 1994 p. 22). Isso, segundo ele, forma um paradoxo, pois falamos do tempo como “sendo”: “Dizemos que as coisas por vir serão; que as coisas passadas foram e que as coisas presentes passam” [...] (RICOEUR, 1994 p. 22), assim, a linguagem é que sustenta e fornece argumentos que resistem à tese do não ser.

Quando se trabalha com memórias, o tempo está sempre presente, e confirma o paradoxo levantado por Ricoeur, do ser e não ser do tempo, pois se digo que ele tornou-se presente, digo que ele “é”. Assim, ao longo da escuta das memórias do arquivo, tende-se a negligenciar o argumento cético e se fixar na idéia de que, a palavra falada que transporta o passado através de um tempo, trazendo o passado para o presente, torna o tempo algo além de um conceito físico, pois “[...] está constituído de substrato móvel e fluido, o tempo; não o tempo abstrato da Física, Matemático, mas o tempo concreto e qualificado das lembranças” (BOSI,

2003, p. 51). As lembranças, que trazem um tempo concreto, são as possibilidades da pesquisa que utiliza História Oral como base metodológica.

Não obstante, é conveniente voltar à análise de Ricoeur “[...] O que é recordar? É ter uma imagem do passado. Como é possível?” Segundo Santo Agostinho “Porque essa imagem é uma impressão deixada pelos acontecimentos e que permanece fixada no espírito [...]” (1977, p. 1001). Assim como Halbwachs não trabalha com a idéia de memória unicamente individual, Ricoeur não utiliza o espírito como depositário da memória, como santo Agostinho o faz.

Ricoeur analisa, porém, e é o que importa nessa discussão, a idéia do que é recordar e do papel da linguagem no pensar sobre o tempo, colocando “[...] o passado e o futuro no presente, por intermédio da memória e da espera” (RICOEUR, 1994, p. 27). Assim, a linguagem transfere para a memória, a memória para a linguagem e ambas, para a espera, “A memória é método narrativo que leva à narração, mas é também a narração que nasce do ato memorial” (DUARTE, 2006, p. 531). Surge, nesse processo, a possibilidade e a idéia de um longo passado e um longo futuro; dessa forma, a memória torna-se um guia relativamente seguro para medir o tempo. Ricoeur, porém, afirma que “[...] a certeza da linguagem, da experiência e da ação - para medir o tempo - só será recuperada depois de ter sido perdida e profundamente transformada” (1994, p. 23). O que concorda, em certa medida, com Halbwachs quando afirma que “[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada” (2004, p. 76).

Unindo alguns eixos das reflexões dos diferentes autores abordados sobre espaço, tempo, memória e História, penso que a narrativa é a possibilidade de reter o tempo. O tempo pode ser contínuo em certo sentido, mas é com a memória de um grupo que ele se desloca, se move, instaurando certas permanências, que, por sua vez, possibilitam a construção de uma História. Assim, a memória na perspectiva dessa pesquisa, não será considerada individualmente, mas como memória coletiva.

É fundamental assinalar que o importante não foi à quantidade das lembranças e sim o fato de que o grupo, cujas memórias escutei, compartilhava o mesmo tempo e espaço. “Enquanto o grupo não muda sensivelmente, o tempo que sua memória abrange pode se alongar: é sempre um meio contínuo, que se torna acessível em toda sua extensão” (HALBWACHS, 2004, p. 129).

Partindo dessa proposição geral, vários aspectos podem ser identificados com relação à memória nas diferentes dimensões que a envolvem. Entre essas dimensões, em um primeiro momento, destaca-se o caráter semiótico²⁷ nas ações de coletar memórias, porque trabalham com signos e a partir deles produzem sentidos, produzem, de certa forma, uma linguagem e quando se dá nome aos restos, como diz Eco, quando se cria espaço especialmente designado a eles, dificulta-se o processo de amnésia histórica assim:

Nadie vive en el presente inmediato; unimos cosas y acontecimientos mediante el vínculo de unión de la memoria, personal y colectiva [...] Este enredo de memoria individual y colectiva alarga nuestra vida [...] y nos hace resplandecer ante los ojos de la mente una promesa de inmortalidad.[...] El ser un animal histórico es para el hombre un modo de hacer cuentas con su propia muerte. (ECO, 1994, p. 13)

Unindo signos, memórias e acontecimentos, torna-se possível esse alargamento da vida a que Eco se refere. Esse processo de reavivamento da memória, que pode ser pensado em termos de “sociedades” – no plural – será discutido num contexto específico: de uma cidade que, através de um Projeto (PRNR) e de ações que oportunizaram um compartilhamento de memórias, amplia a extensão do espaço social, do tempo e da linguagem, na medida em que transforma artefatos utilizados no passado – objetos, papéis, vozes – desloca seu uso e cria em seu entorno um [...] “notorio interés público, y se constituye por tanto en objetivo central para las estrategias de recuperación y exhibición de un patrimonio que hay que preservar, estudiar y difundir” (BENITO, 2007, p. 16). Assim, com relação às ações do PRNR, pode-se dizer que “[...] son semióticas. Y la historia es una práctica semiótica por excelencia. Toda vez que da nombre a los restos que le sirven de fuente y se sirve de indicios para atribuir significados a las huellas de los objetos que encuentra (ECO, 1994, p. 12).

Que fatores se poderiam considerar como desencadeadores desse processo mnemônico e semiótico que foi o PRNR?

²⁷ Esse conceito de atividade semiótica é segundo Eco, a presença, a descoberta, o uso de signos onde signos é tudo que está para alguém em lugar de alguma outra coisa, quando essa alguma outra coisa está ausente. Assim toda prática semiótica se exerce sobre alguma forma de ausência ou de distancia, (LOZANO, 1994, p.11).

Mnemônico porque suscitou processos de lembrar e guardar as lembranças. Semiótico por que produziu outro sentido para objetos guardados, lugares criados, espaços intencionalmente inventados, que produzem discursos de preservação, de estudo e de discussão.

Soria aponta um desses fatores quando pontua que o perigo da amnésia histórica pode estar na base das ações em prol da recuperação da memória, lembrando que, segundo alguns pesquisadores, o culto à memória ocorre devido ao caráter transitório de nosso tempo em que nada permanece. Analisa ainda, que a recuperação da memória e sua presença na contemporaneidade se constituam num baluarte, nos protegendo do medo que as coisas se tornem obsoletas e desapareçam, pois é um tempo em que o arquivo físico está sendo substituído pelo virtual, onde se assiste a perda progressiva da materialidade (2006).

Assim, seguindo os rastros da professora Lucila, que na sua trajetória profissional transformou a vida de pessoas em documentos, espaços da cidade em lugares de memória, num processo que dilatou a memória de uma comunidade e possibilitou uma (re) elaboração e produção histórica, se constitui essa pesquisa que tem, entre seus objetivos, analisar alguns fatores que possibilitaram ou mesmo determinaram a constituição do PRNR em sua trajetória mnemônica e semiótica e em consequência dele a possibilidade de produzir a História da educação em Bom Jesus.

Posta a reflexão introdutória sobre o lugar da memória, como é possível a construção de uma História através dela e os fatores que podem desencadear sua valorização, é importante, com a finalidade de traçar caminhos que conduzam as respostas ou as reflexões, aprofundar a discussão sobre o sentido de “memória” assumido no contexto da pesquisa. Para isso é importante esclarecer de que memória está se tratando.

Essa pesquisa analisa documentos orais que se materializam através das memórias – gravadas e depositadas em arquivo – de uma geração de sujeitos que viveram entre 1913 e 1963. Mesmo com a clareza que “[...] cada recordação é o que a outra não é, e nessa diversificação e profusão de recordações o esquecimento será a marca seletiva da memória” (DUARTE, 2006, p. 531). A memória oral não será coadjuvante para preencher lacunas que outros documentos não deram conta, pois a utilização de um arquivo de memória oral como fonte documental possibilita:

[...] un nuevo impulso para la acción y para el conocimiento recreado, para la interpretación y para la comprensión de los hechos del pasado. Es también una nueva ventana que abrimos para oxigenar nuestros trabajos con la aportación testimonial de muchos personajes olvidados. (Pintado, 202, p. 205)

Portanto, através dos indícios e das pistas dessas memórias, com a idéia de buscar esse novo impulso para a compreensão dos feitos do passado, busca-se construir uma história que parte da memória oral e é, ao longo da pesquisa, entrecruzada por outros documentos. Assim as memórias do AMO são as fontes primeiras de balizamento, uma vez que se trabalha com história de indivíduos, que como diz Pesavento “[...] derivam de uma história social” (2004, p. 54).

Nesse caso, indivíduos que, ao contar a história de suas vidas, relatam – simultaneamente – os diferentes aspectos do contexto social e cultural onde estavam inseridos, bem como expressam sentimentos, emoções e idéias que possibilitam a historicização da educação num tempo determinado “[...] permitindo assim a compreensão de suas representações e dando-nos a perceber outros significados” além daqueles marcados pela história que considera somente o documento escrito (PESAVENTO, 2004, p. 54). Estes outros significados ampliam a pesquisa, pois surgem da percepção de como, ao longo do tempo pesquisado, emergiram representações específicas em função dos documentos analisados e práticas singulares ao contexto do trabalho.

Nesse sentido entende-se que **representação** “[...] do ponto de vista de um historiador são classificações e exclusões que constituem na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço” (CHARTIER, 1990, p.27) e **práticas** como sendo “criadoras de usos ou de representações que não são absolutamente redutíveis às vontades dos produtores de discursos e de normas” (CHARTIER, 2004 p. 13).

Essas representações e práticas, que emergem no decorrer da pesquisa, dão a perceber a história da educação na perspectiva da História Cultural, entrecruzando, os lugares de memória, a cidade²⁸ e o estudo.

Uma história cultural que segundo Frago:

²⁸ A palavra Cidade é utilizada, porque foi nesse espaço que se constituiu o início do PRNR e os Lugares de Memória decorrentes dele; o espaço de pesquisa da história da educação, porém, abrange o município. Essa ampliação se justifica, pois as memórias ouvidas não se restringem só ao contexto urbano, elas ampliam o espaço físico e cultural abrangendo também a região rural.

Abarcaría la historia de la cultura material y del mundo de las emociones, los sentimientos, y lo imaginario, así como el de las representaciones e imágenes mentales, la de la cultura de la élite [...] y la de la cultura popular, la de la mente humana como producto sociohistórico [...]. (1995, p. 64)

Penso não ser exagero entender que essa pesquisa envolve um pouco de cada um desses aspectos mencionados por Frago, pois, ao ter como fonte a memória de velhos, abarca sentimentos, emoções; dos pontos de contato entre as memórias, cria um imaginário²⁹ da comunidade; ao trazer a História da Educação institucionalizada, faz emergir a cultura material, cultura de elite, cultura popular e representações de um tempo pesquisado num espaço geográfico específico.

Permanece, portanto o desafio de trabalhar com a memória sem a pretensão da verdade e com a clareza de que ela não é a história, mas que nutre a pesquisa produzindo uma História. Segundo Halbwachs “a história é um resumo e é por isso que ela resume e concentra em poucos momentos evoluções que se estendem por períodos inteiros” (2004, p. 114).

As memórias pessoais, nesse caso, são atravessadas pela memória social; sendo social, é coletiva. Segundo Bosi, “uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo” (1987, p. 332), o que nos remete à dimensão de Bom Jesus e à história da educação dessa cidade. Assim, a cidade constrói espaços de memória, e a história da educação da cidade é construída, em certa medida, por elas, as memórias.

Pensar a memória como sendo de um grupo assinala para o fato de que, embora pertença a cada um e sofra transformações ao longo da vida, ela não será analisada individualmente; sim como um conjunto capaz de construir uma comunidade de memória num processo de produção discursiva (BORNE, 1998). Produção discursiva não se referindo ao discurso ligado ao aspecto lingüístico, “como formas de apropriação pelo indivíduo falante do universo da língua” (SAUSSURE apud JARDIM, 1989, p. 17), mas no sentido desenvolvido por Foucault que confere poder ao discurso quando afirma que:

²⁹ Termo utilizado por Pesavento para designar um “[...] um sistema de idéias e de imagens de representações coletivas que os homens, em todas as épocas, construíram para si dando sentido ao mundo” (2004, p. 43).

Em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8)

A idéia de memória coletiva produtora de discurso “[...] substituiria o inconsciente individual de Freud ou se superporia a ele” (ÁRIES, 1993, p.173), trazendo para a superfície “[...] sabedorias empíricas que regem as relações familiares entre as coletividades humanas e cada indivíduo, a natureza, a vida, a morte, Deus e o além” (ÁRIES, 1993, p. 174). Uma coletividade onde os indivíduos estão em alguns aspectos “[...] enterrados numa memória coletiva profunda” (ÁRIES, 1993, p. 174).

A memória será, nesse trabalho, percebida a partir dos marcos individuais que foram guardados seletivamente na memória de cada um; no entanto, será analisada como a história de um grupo, daquilo que esse grupo demarcou como significativo, produzindo um discurso. Segundo Foucault: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar” (2005, p. 10).

A consciência das transformações sofridas pela memória individual e a possibilidade de constituição de uma memória coletiva, a partir de um conjunto de memórias, é fator fundamental a ser examinado nesta pesquisa. Isso se deve ao fato de que os pressupostos teóricos que iluminam o caminho da empiria, no processo de coleta de informações e análise de documentos orais, têm a função de colaborar na problematização da memória para construção desta História.

O objetivo ao trabalhar com memória é encontrar um conjunto de traços e recordações onde seja possível perceber formas de pensar, causas, ocasiões ou fatos que, de alguma maneira, sejam comuns e permitam construir um sentido e uma organização. “O esforço do trabalho histórico consiste precisamente em reencontrar essa organização” (VEYNE, 1987, p. 43).

O desafio é organizar historicamente a educação em Bom Jesus, assumindo a Cidade não só como espaço geográfico, mas como espaço social, num contexto de comunidade, com um conjunto de aspectos que se manifestam de forma mais autônoma, a partir de sua emancipação em 1913, em uma urbanidade que aos poucos emerge. Isso permite pensar que o Projeto redimensionou e proporcionou o desenvolvimento de uma memória coletiva.

Segundo Pesavento, a modernidade trouxe uma outra lógica para a cidade, trouxe a “[...] emergência paulatina de uma ordem urbano-industrial, que reinventou as relações campo-cidade, colocou a urbe como o ‘lugar onde as coisas acontecem’ e trouxe à cena novos atores sociais, portadores também de novas práticas e idéias” (1996, p. 8). Bom Jesus que inicia, em 1913, seu processo de desenvolvimento como “lugar urbano” abastecido de práticas e idéias que diferenciam esse que surge, do “lugar rural” de antes, se produz na lógica da modernidade.

Na historiografia, essa lógica está presente no

[...] homem das épocas clássicas, das luzes, do progresso industrial; isto é, o homem ocidental do séc. XVIII ao início do XX estava certo das permanências e da superioridade de sua cultura [...] admitia desigualdades tecnológicas, econômicas, atrasos devido à falta de conhecimento, decadência, mas não diferenças em nível da percepção e da sensibilidade. (ÁRIES, 1993, p.172)

Esta lógica produz uma história baseada nas semelhanças. É contrariando essa lógica e enfatizando as diferenças e as especificidades culturais de uma cidade, numa “constelação de microelementos (sic.) [...] causas numerosas e independentes (política, religiosa, econômica)” (ÁRIES, 1993, p. 173), que procuro estabelecer a materialidade das relações sociais dessa comunidade, tentando, através das narrativas, perceber a complexa rede que inter-relaciona a memória da cidade, trazida pelos entrevistados e os lugares de memória surgidos com o PRNR, garimpando processos e lugares onde se possa perceber a História da Educação de Bom Jesus “contada pela voz de quem a viveu” (SANTOS, 1995, p. 154), pois essa, acredito, formou a comunidade de memória que discuto aqui.

A coleta de memórias para o subprojeto “Ouvindo e Lembrando” foi realizada nessa perspectiva, ou seja, mesmo que trabalhe com velhos, esses não fazem parte necessariamente de uma massa de excluídos. Embora o fator idade constitua um processo de exclusão por si só e forme o que Ecléa Bosi chama de “comunidade de destino” (1987). O aspecto exclusão, não foi tomado como característica para entrevistá-los e sim a idéia de gravar memórias de quem “viveu a história”, com a consciência de sua dinamicidade, de suas exclusões, seus esquecimentos, com a clareza que “[...] o ontem não renascia na narrativa memorialística, mas era produzido pelo olhar que de hoje lhe lançava o (a) rememorador (a) [...]” (VIDAL, 1998, p. 10).

Assim as narrativas fazem parte de uma memória coletiva cujo vínculo é constituído pela idade e pelo pertencimento a uma determinada comunidade e o fio que une as lembranças são as memórias sobre a sistematização da educação em um espaço geográfico e social determinados. Segundo Dominique Borne, a “[...] história contribui para a construção de cidadãos enraizados numa comunidade de memória livremente escolhida, e não temerosamente preservada, sem arrogância, aberta a outras solidariedades que não a da nação” (1998, p. 133).

Trabalhar com sujeitos que narram suas memórias – para construir a partir dessas uma história - possibilita pensar a história como narrativa, pois “A narrativa de uma vida faz parte de um conjunto de narrativas que se interligam” (CARTELETT, 1988, p. 24). É através da problematização desse conjunto de memórias interligadas que se constrói uma história, a história de um grupo que “[...] irá produzir um outro tipo de história, no qual não só a maioria dos pormenores será diferente, mas que também a própria construção de formas com sentido obedecerá a um princípio diferenciado” (CONNERTON, 1999, p. 22).

Com relação à História pensada como narrativa, Chartier afirma que:

Toda a história, mesmo a menos narrativa, mesmo a mais estrutural, é sempre construída a partir de fórmulas que governam a produção das narrativas. As entidades que os historiadores manipulam (sociedades, classes, mentalidades) são “quase-personagens”, dotados implicitamente das propriedades que são aquelas dos heróis singulares e dos indivíduos comuns que compõe as coletividades por essas categorias abstratas. (2002, p. 86)

E, nessa pesquisa, são justamente esses “heróis singulares” os personagens. No entanto, as narrativas serão percebidas e analisadas a luz da História, ou seja, mesmo sendo a história um discurso, uma narrativa, ela deve, num trabalho historiográfico,

[...] ser buscada não nas convenções de um gênero literário, mas nas práticas determinadas pelas instituições técnicas de uma disciplina, diferentes conforme as épocas e os lugares, articuladas pelos recortes variáveis entre verdade e falsidade ou pelas definições contrastadas do que historicamente dá provas. (CHARTIER, 2002, p. 155)

Se o documento aqui é a memória trazida pela voz de sujeitos que viveram em um determinado tempo e espaço geográfico, ele traz consigo o risco e as

implicações de encontrar uma verdade, pois “[...] remete ao *eu*³⁰ que a produz [...]”, deve a análise ser construída “[...] mais em função da posição ocupada por cada historiador, na instituição histórica de sua época, do que segundo o princípio de curiosidade [...], de prazer” (CHARTIER, 2002, p. 155). Com essa análise, Chartier (2002), baseado nas idéias de Certeau, auxilia na elucidação sobre a posição que essa pesquisa assume com relação à memória e à verdade nela contida, bem como o lugar que a História ocupa.

Assim a verdade dos fatos é pensada, não com as certezas e as dimensões do discurso dito positivista, “um discurso sem lacunas” (CHARTIER, 2002, p. 157), mas sem, no entanto, negar o compromisso da pesquisa com uma verdade possível, um regime de verdade que, no campo da História “pretende ser um discurso de verdade, construindo uma relação, que pretende ser controlável, com o que se estabelece com o seu referente, no caso a ‘realidade’ desaparecida a ser resgatada e compreendida” (CHARTIER, 2002, p. 159).

A partir dos relatos, o objetivo é entrelaçar diferentes componentes dessa investigação, unindo-os em torno de um foco de trabalho, que é a educação, trazendo com ela uma produção histórica comprometida com uma realidade referente. Os entrevistados trazem, ao presente, fragmentos de memória que permitiram a problematização da História. Disso resultam esclarecimentos, elucidações, possibilidades, mas, por vezes, dúvidas. Foram essas dúvidas que me permitiram ir mais longe, buscando outros relatos sobre o mesmo assunto, outros assuntos que possibilitassem nova dimensão que obtive através de documentos escritos, fotografias, enfim outras perspectivas para desenvolver a pesquisa, “[...] num entrelaçamento de história e memória” (DOSSE, 2003, p.215).

A sistematização desse entrelaçamento atravessa várias fronteiras teóricas, entre essas, a que diz respeito ao referencial metodológico, o lugar da verdade no contexto historiográfico e a definição com relação ao que é documento.

Com relação a primeira fronteira, Bourdieu afirma que:

[...] a pesquisa é coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre vários que podem ser oferecidos pelo conjunto de tradições intelectuais. (1998, p. 27)

³⁰ Grifo meu.

Assim, tendo essa premissa como referência para construção metodológica não reduzo a memória a uma única perspectiva, mas tento estabelecer fronteiras para sua significação e seu papel dentro do conjunto de aspectos que fazem parte da trama de uma pesquisa.

A segunda fronteira se refere ao grau de verdade colocado em suspeita quando se trabalha com memória. Com relação a isso, Bosi afirma “[...] a veracidade do narrador não nos preocupa: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da História oficial” (1987, p.1).

No rastro da verdade, as fontes escritas foram, por muito tempo, as únicas aceitas como legítimas para o historiador compreender acontecimentos passados, “[...] ainda hoje, algumas pesquisas tomam a memória, especialmente através da história oral, como modo de complementar fontes escritas, consideradas mais importantes” (STEPHANOU & BASTOS, 2004, p. 421). Segundo Prins, o documento escrito ainda é o único aceito por muitos historiadores, entre outros aspectos, devido ao fato de representar o “corolário de nosso orgulho em escrever e nosso respeito pela palavra escrita” (1992, p. 66). Por isso, segundo ele, “poucos aceitariam que tais materiais possam se tornar essenciais no estudo das sociedades modernas, documentadas” (PRINS, 1992, p. 163).

Assim, a idéia que alguns historiadores sejam ainda reticentes com relação aos documentos orais, entende-se que:

[...] nossas culturas são ‘mestiças’, ao mesmo tempo orais e escritas, e o ritmo de sua história talvez se deva aos movimentos recíprocos do oral e do escrito, às alternâncias que os historiadores chamavam de ‘decadências’ e ‘renascimentos’, regressões e progressos. (ARIËS, 1993, p. 174)

Com relação à terceira (que é documento), o Acervo de Memória Oral será tomado como fonte documental. A problematização desse aspecto com relação à pesquisa e à assunção dele como potencial causador de divergências torna fundamental enfatizar a necessária existência de um método e de um estatuto de verdade.

Para articular, portanto, os três aspectos julgados fundamentais nesse trabalho, quais sejam: a utilização de um Acervo de Memória Oral como fonte documental, a construção de lugares de memória e a possibilidade de construção de

uma história da educação a partir desses lugares, faz-se algumas escolhas na tentativa de minimizar possíveis equívocos através de um atento processo de selecionar os documentos escritos considerados fonte para a pesquisa.

Assim, a integração de determinados documentos em detrimento a outros, produziu o traçado da história da educação desse município e o grau de coerência que se pretende – ao longo de toda a pesquisa – desenvolver.

Isso possibilita refletir que, nesse processo de pesquisar história da educação utilizando História Oral como metodologia e acervo oral como fonte de dados, é importante tratar o documento, oral ou escrito, de forma coerente: interligada e problematizada no contexto em que aparece, criando a possibilidade de construir, de certa forma, uma explicação através de uma integração lógica na forma de articular “as unidades construídas pela operação histórica [...] e a realidade referencial de que são os traços” (CHARTIER, 2002, p. 159), deixados pelos documentos. No entanto, Chartier ainda chama atenção para o fato de que “mesmo que saiba fazer funcionar a máquina o pesquisador permanece um errante que frequenta as margens e os caminhos” (2002, p. 157).

Após algumas considerações sobre a forma como são concebidas a memória, a verdade e a história nessa pesquisa, é importante estruturar os principais aspectos metodológicos que permitiram emergir a história da educação dessa comunidade – Bom Jesus – entre 1913 e 1963; surgidas das memórias e dos lugares para ela construídos.

3.3 ACERVO DE MEMÓRIA E CAMINHOS DA PESQUISA

Este enredo de memoria individual y colectiva alarga nuestra vida, aunque no sea más que hacia atrás, y nos hace resplandecer ante los ojos de la mente una promesa de inmortalidad. Si algo ha sido, es probable que algo sea todavía; si el pasado dura en el presente es probable que de algún modo mi presente dure en el pasado y, por mal que vaya, si yo soy el testimonio viviente de que los otros sobreviven en mí. Tal vez, por lo menos en la misma medida, yo sobreviva en los otros. (ECO, 1994, p. 13)

A ênfase nas narrativas e utilização do Acervo de Memória Oral³¹ foi uma opção. Muito pela riqueza de informações ali depositadas, que “alargou” a vida dos sujeitos que nesse espaço, “guardaram” suas memórias. Também devido a um encantamento pessoal, a possibilidade de trabalhar com documentos orais me atraiu desde o princípio da estruturação da proposta de pesquisa em história da educação. Utilizar essas memórias, cuja existência foi um desafio desde as gravações até a criação de um espaço para depositá-las, foi a possibilidade concretizada de dar outra perspectiva a um trabalho empírico de tantos anos, conferindo movimento a algo que estava em inércia. Teorizar sobre diferentes aspectos, segundo as possibilidades de uma pesquisa, conferindo dinamicidade e legitimidade a um “trabalho de campo”, no caso a criação do Acervo de Memória Oral de Bom Jesus (AMO), foi a motivação para a constituição dessa pesquisa e dos pressupostos metodológicos que a envolvem.

Acredita-se nessa opção metodológica de pesquisa que é coerente com os movimentos realizados na comunidade de Bom Jesus e com o objetivo do trabalho, mesmo que, parafraseando Chartier, caminhe “à beira da falésia”, pois segue um percurso que requer certos cuidados em função de não professar os padrões e as normas tidos academicamente como tradicionais.

³¹ Esta pesquisa apresenta, o que Lozano Classifica como *Faceta técnica* e *Faceta metódica*, realizada por pesquisadores distintos. Faceta técnica, entendida, dentro da historiografia oral, como o ato de “[...]criar e organizar arquivos de documentos – transcritos – procedentes de entrevistas” gravadas para a utilização por historiadores. “Organizam para tempos futuros sem considerar o aqui e o agora”. Com exceção da transcrição, esse aspecto, nesta pesquisa, foi realizado pela professora Lucila Sgarbi Santos, historiadora e arquivista do Acervo em questão. A faceta metódica, no estilo classificado pelo autor como *Estilo analista complexo* foi realizada por mim que na prática, ordenei, sistematizei, analisei, interpretei e situei historicamente os depoimentos orais colhidos por outro. Dentro dessa concepção ouvi memórias de pessoas com as quais não tive contato direto, mas considerei a fonte oral em si mesma e não como complemento, mero apoio factual ou de ilustração qualitativa (LOZZANO,2002, P. 23).

O trânsito gradual entre os diferentes aspectos relacionados à pesquisa com História Oral, e o desejo que já existia de realizá-la se consolidaram, ainda que, numa sociedade ocidental logocêntrica, o prestígio da História Oral tenha diminuindo à medida que ia tornando-se cartográfica, enfatizando cada vez mais a importância do documento escrito como forma de perpetuação da sociedade. Essa consciência, aliada ao desafio do trabalho de pesquisa, resultou no mergulho metodológico que respalda, entre outros requisitos, o trabalho científico.

A idéia é, portanto, escrever a História da Educação dessa cidade e nesse tempo, sem que os protagonistas sejam os grandes *homens*, reduzidos ao gênero masculino. Uma História da Educação que persegue pistas e indícios deixados por pessoas infames³². Utilizo, por isso, as falas de sujeitos escolhidos unicamente por sua idade, separando todos os depoimentos do AMO de Bom Jesus em cujas fichas, (ANEXO D) constavam os assuntos: educação, escolarização, aula e ensino, referidos pela maioria dos entrevistados como “estudo”.

Entre os entrevistados, cujos depoimentos constam no Acervo, foi possível separar 35 entrevistas, as quais foram digitalizadas³³ para uma melhor realização do trabalho, visto que não estavam transcritas. Após a escuta, utilizei para a pesquisa somente 30, em função do objetivo da investigação.

Dos documentos orais do AMO, foram escolhidos aqueles sujeitos que abordavam lembranças de estudos. Além desse, outros três eixos foram selecionados, não *a priori*, mas a partir da escuta das memórias, por entender que se relacionavam a história da educação, quais sejam: religião, trabalho e política. Dentre esses, o assunto que aparece em primeiro lugar em número de vezes que é mencionado, sem que a entrevistadora pergunte a respeito dele, diz respeito à religião. Dos 28 relatos, 21 lembram fatos que dizem respeito à religião, o segundo lugar, em número de vezes em que aparece se refere à política, 20 das pessoas selecionadas recordam questões relativas à política, já a pergunta relativa ao “trabalho” era uma das indagações que constavam no roteiro da professora Lucila.

³² Termo utilizado por Foucault na obra *O que é um autor?* para designar aqueles que não tem fama, que são segundo ele “[...] Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que não sobrevivem senão a um poder que mais não quis que aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que a nós não tornam a não ser pelo efeito de múltiplos acasos [...]” (s/d. p. 102).

³³ As entrevistas não estavam transcritas até o início dessa pesquisa; no entanto, em 2005, devido a uma verba conseguida a partir de um projeto denominado “Qualificação e certificação do Queijo Artesanal Serrano dos campos de altitude do RS e SC”, iniciou-se o processo de transcrição de todo o acervo sem ter previsão de término.

Com um Arquivo Municipal não muito grande, porém bem diversificado em termos de documentos, nele podem ser encontrados documentos escritos e fotos. Álbum de Fazeres³⁴, museu, biblioteca e acervo oral – já existiam algumas “vigas” para iniciar a “edificação” da pesquisa, porém definir prioridades de documentos a serem utilizados e as formas de sua utilização é sempre difícil, quando se inicia um projeto com diferentes possibilidades, assim como é difícil limitar uma temporalidade.

Mesmo tendo que seguir certa cronologia – pois os acontecimentos permanecem datados num tempo e espaço – trabalho com fragmentos, fragmentos de histórias de vida, de depoimentos que misturam as histórias de estudo e escolarização, com a história política, econômica e cultural da cidade de Bom Jesus. Procura-se, assim analisar, não *o que* aconteceu, fato histórico datado, acontecimento individual, político ou econômico, mas o acontecimento e sua conseqüência em uma duração mais longa, contemplando seus entrelaçamentos com a história da educação e as categorias previamente estabelecidas. De acordo com Fischer, “as coisas acontecem a partir de um conjunto de tramas, que se enredam de acordo com o possível naquele determinado tempo, e sob aquele determinado regime de verdade” (2005, p. 245).

Ao construir a História da Educação de Bom Jesus, a idéia é propor uma análise que troca a perspectiva “limitada das atividades conscientes, voluntárias, orientadas para decisão política, a propagação das idéias, a conduta dos homens e dos acontecimentos” para o “domínio do imaginário, do sentimento, do jogo da gratuidade” (ARIÈS, 1993, p. 155). Partindo de um dos lugares de memória – o Acervo de Memória Oral do Arquivo Municipal de Bom Jesus (AMO) – que surgiu quando o Projeto Resgatando Nossas Raízes ia se delineando e tomando rumos talvez impensados em princípio por seus idealizadores, é que esses documentos são utilizados. Sabe-se de antemão que são eles carregados de imprecisões, de incertezas, de silêncios, de esquecimentos, mas também de recordações enfáticas, de datas precisas, de convicções, de emoções e de vontade de ajudar a enxergar todas as “cores” dessa trama.

Essas características, muitas vezes controversas – distintas assim da “[...] objetividade das estruturas (que seria território da História mais segura, aquela que, manipulando documentos maciços, seriais, quantificáveis, reconstrói as sociedades

³⁴ Explicação detalhada já citada p. 27.

tais como eram)”, (CHARTIER, 2002, p. 72) – se juntam nessas memórias, fazendo transparecer na voz de cada sujeito entrevistado, um sentimento: a felicidade de ser lembrado, valorizado, pois a sociedade já há muito os havia esquecido, são velhos demais para fazer parte dela, “a sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência a sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor” (BOSI, 1987, p. 35). Esse sentimento de sentir-se “importante” está presente nas palavras do senhor Vicente Ribeiro Hoffmann.

[...] isso eu não podia deixar de dizer na minha entrevista [...]. Me dá muito prazer a senhora estar aqui hoje comigo, eu sou um índio velho grosso, mas tenho essas lembranças tudo [...]. Devolvo a palavra pra senhora, quer fazer mais pergunta? Se possível for eu responde. (Entrevista, 1992)

Esse relato suscita algumas emoções e sentimentos que despertam o interesse, a compreensão e a interrogação sobre o potencial histórico das memórias. Ao juntar fragmentos de outras histórias, “não-oficiais”, talvez seja possível formar um mosaico que deixe ver o passado pelos olhos desses *infames*, assim como afirma Thompson “Ao atribuir um lugar central, em seus textos e apresentações, a pessoas de toda espécie, a história se beneficia enormemente. E também se beneficiam, de maneira especial, as pessoas idosas” (1998, p. 33).

Os documentos analisados pela historiografia tradicional podem revelar vários aspectos relativos a História da Educação em Bom Jesus nos diferentes âmbitos que interessam a um historiador. Essa pesquisa, porém, mesmo contrariando os mais céticos, opta pelos documentos orais pois, é somente nos depoimentos orais colhidos do AMO, que se percebe “[...] a possibilidade de novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores” (THOMPSON, 1992, p. 18).

O que disseram esses que ficaram sem escola? Que andavam a cavalo horas a fio, para chegar à “aula”, enfrentando geada e neve? Que ficavam meses em internatos longe de casa? Que freqüentavam conventos ou seminários, sem a intenção de tornarem-se freiras ou padres, mas com o propósito de adquirir alguma instrução gratuita? O que disseram aqueles que não podiam educar seus filhos, pois moravam longe da cidade e não contavam com escolas em sua comunidade? Que memórias da escola e de formas de ensinar têm aqueles que foram professores e professoras numa época onde muitos locais de ensino eram as casas dos alunos ou mesmo dos próprios professores? De que forma uma sociedade se organizou para constituir espaços oficiais para a educação escolarizada? Essas e outras perguntas

emergem à medida que a pesquisa vai transcorrendo, agregando à educação formal outros aspectos do cotidiano da comunidade de Bom Jesus.

Postas essas questões surge o desafio de construir uma metodologia que dê conta, de analisá-las e, na medida do possível, respondê-las através de uma análise criteriosa dos documentos. Como aqui os documentos são vozes, as respostas são reféns da memória, isso faz toda a diferença, sendo fundamental o questionamento da verdade encontrada, pois, como afirma Foucault:

[...] desde que existe uma disciplina como a História, temos nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamo-los não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstruir a partir do que dizem esses documentos [...]. (1997 p. 07)

Nesse processo de construir e interrogar documentos, essa pesquisa toma a história oral como metodologia, pois, nesse sentido, a “História Oral remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica”, indo além das formas de utilização do gravador, métodos de elaboração e transcrição de entrevista ou conservação de acervos (AMADO e FERREIRA, 2002, p. viii). Porém, noutro sentido, também não é capaz de gerar soluções teóricas para questões surgidas na prática – como postulam aqueles que a defendem como disciplina –, tomar a História Oral como metodologia significa acreditar que:

[...] como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras do historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho -, funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da História oral – o que a nosso ver não permite classificá-la unicamente como prática. Mas na área teórica, a história oral é capaz de **suscitar**, jamais **de solucionar**, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas. (AMADO e FERREIRA, p. xvi) [grifo meu]

Assim, ao contrário das entrevistas elaboradas com o fim único de responder às questões específicas de um determinado pesquisador, a forma da história oral dessa pesquisa, vem num sentido muito mais de suscitar questões. Antes de responder questões, as memórias colhidas têm mais a ver com o que o sujeito tinha para contar e não em função de entrevistas estruturadas com um fio condutor

definido, da mesma forma como um documento escrito não existe com o propósito de servir a um historiador. Portanto, ao se fazer uso das memórias de acervos, atribui-se à História a função de “desdobrar o que o tempo endureceu” (DUPRONT apud DOSSE, 2003, p. 215). E nesse movimento de “desdobrar” surgem mais perguntas que respostas. São essas perguntas que possibilitam a dimensão de um outro ontem – diferente daquele produzido pela História oficial – a partir do presente.

Segundo Teixeira, “a pesquisa social é como uma arquitetura. Precisa ser edificada por entre planos, vigas e eixos devidamente escolhidos e combinados que assegurem sua criação – a construção do conhecimento que lhe é peculiar” (2003, p. 82). Nessa construção o aspecto referente à temporalidade foi repensado várias vezes até se chegar as datas 1913 – 1963. Gostaria, num primeiro momento de ter chegado até 2006, não foi possível, além da falta de tempo, muito em função de que ocorreria um hiato na História que só poderia ser preenchido com documentos escritos, pois as memórias teriam perdido seu ponto de contato. Com essa impossibilidade, resolvi escolher uma data significativa na história da educação, havia tantas... A inauguração do Grupo Escolar, a fundação do Ginásio, o cinquentenário da cidade, a inauguração da Escola Paroquial, a chegada das irmãs franciscanas, como escolher?

No início da pesquisa, a data estipulada foi 1950, data em que foi criada, pela comunidade, a primeira escola particular de Bom Jesus, a Escola Eduardo Ganz, em homenagem a esse professor da cidade. Essa escola funcionava no Centro Espírita e tinha alunos carentes como público. No entanto, durante o percurso da pesquisa muitas memórias e documentos escritos continham aspectos emblemáticos da educação e da comunidade posteriores a 1950. No momento que foi encontrado o “panfleto do cinquentenário” juntamente com as memórias de quem relatava o evento, não houve mais dúvidas, seriam 50 anos de história.

A partir da ampliação da temporalidade, outros lugares foram visitados, como é o caso do acervo de documentos que formarão o Arquivo do Grupo Escolar Conde de Afonso Celso, nessa época ainda em processo de organização, também a escuta mais atenta e posterior transcrição de algumas memórias que eu havia deixado de

lado, como o caso do Seu Juvenal, do Seu Alcides De Boni, da Professora Ilma Jacoby, Seu Orizon Roque de Souza e frei Amadeu Cemim e Dona Adélia Araujo³⁵.

Os documentos escritos foram também amealhados, separados e guardados, a partir do PRNR, em lugares especialmente criados para depositá-los. Neles encontrou-se outra parte da memória da cidade, fundamental para compor esta História da Educação.

Dos lugares de memória criados com o PRNR, quais foram importantes para a pesquisa? Que documentos foram neles depositados? Que História da educação é possível construir unindo esses documentos escritos aos orais?

O limite de resposta a essas perguntas se constitui em um desafio visto que, em cada lugar criado para depositar a memória, da e na cidade, encontram-se vestígios da educação.

Os documentos escritos dizem respeito mais especificamente a escolas e professores, neles percebem-se as práticas de uma educação sistematizada e/ou institucionalizada.

Os registros encontrados foram cruzados com as memórias do AMO e possibilitaram, em alguns casos, quanto unidos à História encontrada nos documentos orais, contornos mais definidos em termos de datas, leis vigentes, práticas e apropriações dos discursos do período em questão.

Com relação a esses documentos, sua busca se deu só após a escuta e análise das informações contidas nas memórias, devido talvez a ânsia por precisão e datas, pelo esclarecimento máximo, provavelmente a curiosidade desperta pelos esquecimentos, mas, sobretudo o compromisso com um rigor historiográfico. Esses fatores instigaram a procura de toda a ordem de documentos escritos que constituíssem fonte de informação a respeito da educação sistematizada, em Bom Jesus.

Aliando os documentos escritos - encontrados no Arquivo Municipal de Bom Jesus, no Arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Conde de Afonso Celso, nas atas da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Livro Tombo da Igreja Matriz e nos documentos pertencentes a

³⁵ As entrevistas com Frei Amadeu e Dona Adélia, foram as últimas a compor a pesquisa. Essas foram escutadas, porém a transcrição literal de toda a entrevista já estava pronta graças a uma verba conseguida pela Secretaria de Educação. Assim não estão nos anexos caracterizadas como as outras, na forma de quadro, pois anexei a transcrição que já estava pronta.

particulares – aos documentos orais, congregaram-se elementos que estruturaram as fontes de pesquisa.

Na ocasião em que o AMO, foi criado, concomitante as gravações dos depoimentos orais, fichas contendo informações gerais sobre o conteúdo de cada gravação foram colocadas à disposição dos pesquisadores, de forma a facilitar o trabalho, assim é possível selecionar previamente o material a ser escutado partindo das informações elencadas nas fichas.

Assim os sujeitos cujos depoimentos seriam analisados como documentos orais nessa investigação, foram escolhidos a partir das fichas do AMO, ao lê-las, todas, foram selecionadas aquelas cujo conteúdo mencionava aspectos relacionados ao estudo.

Após ouvir as gravações foi se descobrindo o lugar de quem falava se professor, aluno ou pai. Outro critério da escolha ocorreu em função das datas contempladas na pesquisa. Fez-se o cálculo partindo da data de nascimento dos entrevistados, assim, além de que os depoimentos deveriam ter informações relacionadas ao estudo em Bom Jesus, os entrevistados deveriam ter no mínimo 60 anos. Chegou-se, com esses critérios, aos 30 nomes relacionados no quadro 1.

A partir desses nomes, foi elaborada a ficha de todos, sendo que as histórias de Mario de Boni, de Amélia Zuanazzi De Boni , Jeovanina La Giovana Zuanazzi (D. Joaninha), Joana Corso De Boni foram feitas a partir das memórias de Maria Josephina De Boni Santos, filha e neta respectivamente dos sujeitos mencionados.

O quadro abaixo traz um resumo das informações com relação aos sujeitos da pesquisa, encontrados no Anexo H.

Nome	Nascimento	Entrevista	Religião:	Trabalho
1 – Adélia Kramer Araújo	12/02/1912	02/1991	Católica	Dona de casa de comércio cuidava de doentes e receitava remédios, trabalhou no campo, eleita a primeira vereadora do município mais ou menos na década de 1960.
2 – Adelino Vargas de Andrade (seu Loca)	17/07/1925	05/09/2002	Não consta	Tropeiro.

3 – Alcides de Boni	29/12/1917	08/1994	católico	Trabalhou fazendo tijolos, foi motorista de táxi, trabalhou com o Senhor Guerino Grazziotin na loja e posteriormente teve seu próprio estabelecimento comercial.
4 – Alvina de Lima Gonçalves de Camargo	28/01/1918	21/07/1998	Espírita	Professora particular e posteriormente municipal
5 – *Amadeu Antônio Semim (frei)	24/10/1919	12/01/1994	Católica	Sacerdote, ordenado em Garibaldi em 1943, professor.
6 – Amália Baroni	19/08/1918	07/11/1990	católica	Auxiliava no trabalho do Hotel cuja a proprietária era sua sogra e posteriormente seu marido, trabalhava em casa.
7 – Amélia Zuanazzi de Boni	20/09/1899	Entrevista c/ Maria Josephina De Boni Santos em 23/08/1991	Católica	Ajudava a sogra (Joana Corso) em todos os afazeres.
8 – Argeu Ribeiro Velho	15/12/1913	1993	Não consta	Tropeiro de cargueiro de mula e de gado, trabalhou sempre no campo, fazendeiro.
9 – Clori Camargo Grazziotin (D. Lili)	14/04/1922	29/05/1997	Não consta	Bordadeira, doceira, cabeleireira e pintora.
10 – Clotilde De Nalle Dutra	29/06/1917	23/07/1993	Não consta	Se formou em corte de costura, mas nunca exerceu a profissão, costurava somente para a família.
11 – Doli Ciotta	26/03/1926	06/1997	Católica	Morou em Serraria onde realizava todos os trabalhos domésticos.
12 – Edmundo Jacoby	19/06/1912	08/07/1994	Luterano	Foi tropeiro de cargueiro de mula, marceneiro e fazendeiro
13 – Emília Bosler Kuse	06/01/1909	1993	ñ consta	Trabalhava na fazenda do marido, seu serviço era tirar leite,

				fazer queijo, <i>lidar</i> na lavoura.
14 – Ernesta Mazzarolo	01/02/1915	05/11/1994	Católica	Zeladora da igreja, doméstica da Casa Paroquial, responsável pela pastoral da saúde, ministra da eucaristia, coordenadora e instrutora de um grupo que ensinava trabalhos manuais a pessoas carentes.
15 – *Ilma Jacoby De Boni	28/08/1930	1994	católica	Professora
16 –Irma Santana	16/03/1905	1993	Católica	Trabalhava em casa.
17 – *Jane Toigo (irmã)	04/02/1922	27/08/1993	Católico	Freira e professora
18 – Jeovanina de la Giovana Zuanazzi (D. Joaninha)	25/04/1900	Entrevista c/ Maria Josephina De Boni Santos em 23/08/1991	Católica	Parteira, fez curso em Porto Alegre com o Dr. Mario Totta.
19 – Joana Corso De Boni	29/04/1881	Entrevista c/ Maria Josephina De Boni santos em 23/08/1991	Católica	Lavadeira, torradora de café, preparadora de lã, costureira de acolchoados, fazia hóstia e trabalhava na canônica.
20 – *Julia Kramer Acauã	30/07/1905	12/12/1990	Católica	Professora
21 – Juvenal Grazziotin	28/05/1915	1991	Católico	Contador, dono de casa de comércio, Dono de serraria e fazenda.
22 – *Linda Braguini	26/02/1922	23/09/1991	Espírita	Professora
23 – Luiza Spinelli Lima	25/02/1923	17/11/1992	Espírita	Não fala de trabalho
24 – Maria dos Prazeres Ribeiro Velho	19/07/1915	23/09/1990	Católica	Ajudou a mãe na administração da fazenda

25 – Mario de Boni	25/04/1900	Entrevista c/ Maria Josephina De Boni Santos ³⁶ em 23/08/1991	Católica	Ferreiro e depois dono de oficina e revendedora de carros
26 – *Olenca Cancelo Paiva	20/01/1920	28/12/1985	Não consta	Exerceu a profissão de professora mas não por muito tempo.
27 – Orizon Roque de Souza (Doti)	29/07/1940	1995	Não consta	Foi tropeiro de cargueiro de mula e de gado e fazendeiro
28 – *Rosa Maria Ramos Rosa	24/07/1937	17/11/1992 e 15/08/2004	Católica	Professora, atuando principalmente como professora de Ensino Religioso.
29 – Sueli Dutra Panebecker	24/06/1921	31/07/2002	Católica	Bordadeira
30 – Vicente Ribeiro Hoffmann	05/07/1907	22/11/1991	Luterano	Marceneiro

QUADRO 1: Sujeitos selecionados no Acervo de memória oral (AMO)

*Indica os professores.

Nesta pesquisa, as entrevistas não são transcritas integralmente³⁷. Com relação à transcrição de documentos orais, existem várias tendências e opiniões divergentes no sentido de fazer ou não a transcrição. Ao iniciar o trabalho de construção de um acervo de memória oral, a idéia era segundo a prof^a. Lucila – nunca perdeu a esperança – ter o acervo todo transcrito, no entanto, por falta de verbas e material humano, não pode ser viabilizado, isso de certa forma foi fundamental na trajetória dessa investigação.

Caso as fitas já estivessem transcritas, provavelmente iria lê-las, o que me impediria de aprender o significado da escuta e construir uma “leitura” própria da

³⁶ A professora Maria Josephina De Boni Santos. A fonte oral para saber a vida de: Mario e Amélia que são seus pais, Joana Corso avó paterna e Joaninha Zuanazzi avó materna; esse documento é de fundamental importância, pois traz alguns fragmentos da imigração italiana e sua cultura em Bom Jesus.

³⁷ As únicas entrevistas transcritas na íntegra foram a da professora Lucila, pois não pertencia ao AMO. Foi elaborada por mim com o propósito de, além de contar suas memórias de escola, contar todo o processo de implantação do Projeto Resgatando Nossas Raízes e do Frei Amadeu e Dona Adélia, por já estarem transcritas no momento de sua integração a pesquisa.

importância desse sentido – audição – para uma pesquisa que trabalha com memória oral. A oralidade é singular na sua capacidade de manifestar, através das entonações verbais, emoções e sentimentos. Bonazzi afirma que:

O fato de ler em vez de ouvir priva o historiador de muitas contribuições da forma oral: entonação, ênfase, dúvidas, rapidez ou lentidão nas reações, risos, repetições; e, portanto corre-se o risco de privilegiar a leitura a ponto de renunciar a escuta. Por outro lado toda a transcrição, mesmo bem feita, é uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade; de certa forma é uma traição à palavra. (2002, p. 239)

A transcrição, segundo historiadores mais tradicionais, confere maior objetividade e legitimidade à história oral, pois segundo esses “[...] somente o confronto dos textos escritos permite analisar o conteúdo do discurso e a seleção das palavras, enquanto a escuta do oral, pela sua brevidade, não permite penetrar o significado das palavras gravadas” (BONAZZI, 2002, p. 239).

Quanto ao grupo de sujeitos selecionados, optou-se assim por tentar construir uma prosopografia³⁸, que segundo Almeida pode ser aplicada sucintamente como a análise de grupos e instituições através de montagens de biografias coletivas (2006).

Em história cultural a prosopografia foi utilizada em um projeto de investigação coordenado por Dominique Julia³⁹ iniciado em 1991, nesse contexto:

[...] el método prosopográfico y el análisis longitudinal del proceso de construcción de las carreras profesionales, o sea, de una profesión, y de los procedimientos de ingreso y selección en la misma, se revelan como enfoques de extraordinaria riqueza y utilidad para captar la configuración interna de los distintos campos profesionales e intelectuales y, entre ellos, de los y escolares. (FRAGO, apud JULIA, 1994, p. 454)

³⁸ A prosopografia é uma metodologia de pesquisa que implica organização de fichários sistemáticos contendo dados biográficos de indivíduos que se relacionam e circulam em grupos, lugares e espaços de sociabilidades específicas. Da escolha de indivíduos e grupos, previamente realizada pelo pesquisador entre centenas de possibilidades, pode emergir regularidades, e diferenças, nos comportamentos coletivos de um grupo social específico. Estes dados, dispersos e fragmentados, selecionados e submetidos à análise e ao confronto do historiador, permite reconstruir os processos de agregação e de desagregação social, e de constituição de identidades, sempre plásticas e plurais, que se operam por meio de redes de relações sociais. A formação de um dossiê sistemático é o que torna possível uma verificação deste tipo. Para o debate sobre o dossiê prosopográfico na pesquisa histórica, consultar Revel (1998) e Levi (2000). In: SCHUELER, Alessandra Frota. *Professores primários como intelectuais na Corte Imperial: experiências, produção escrita e grupos de sociabilidade (1860-1889)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007/2008. Projeto de Pesquisa.

³⁹ Mais detalhes em FRAGO, Antonio Viñao. História de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, set/out/nov/dez 1995.

Assim, fez-se uma ficha das memórias de cada sujeito (ANEXO H), onde essas são separadas de acordo com os assuntos de interesse da pesquisa proporcionado também uma análise longitudinal, na medida em que é possível perceber algumas variáveis selecionadas, ao longo de um período relatado, onde aparece uma espécie de “radiografia” do entrevistado.

Nessas fichas constam todos os dados de identificação, genealogia e as opções de assuntos que foram: trabalho, religião, estudo, política, curiosidades e observações. Os itens curiosidades e observações foram acrescentados à medida que surgiam falas que não se enquadravam nas categorias previamente estabelecidas.

A nomenclatura “estudo”⁴⁰ em detrimento de “educação” é proposital, para permanecer fiel a um vocábulo utilizado na grande maioria dos depoimentos. Em nenhum momento ao escutar as memórias ouvi palavras como *escolarização* e *ensino*. Em raros, foi empregado o termo educação ou qualquer denominação mais contemporânea. Assim, utilizo “estudo”, bem como o termo “educação” como sinônimos, para descrever, além do significado atribuído por Bluteau, o aprendizado das letras e o conjunto de ações que compõe o processo de sistematização do ensino, com a presença de um professor, mas não necessariamente ocorrido numa instituição escolar.

Com a leitura das fichas e a escuta das fitas elaborei os critérios para as transcrições, apesar de só transcrever alguns tópicos, escutei todas as fitas integralmente, tendo uma consciência cada vez maior de que os relatos são atravessados pela entonação, suspiros, paradas, percebidas somente por quem ouve. Essas singularidades da escuta têm a capacidade de nos transportar no tempo e vivificar o acontecimento.

Se ao trabalhar com um arquivo de História já constituído, perdi no sentido de não estar presente e não ter o olhar como testemunha no processo de entrevistar, de não ter o contato direto e, portanto, não ter a oportunidade de estabelecer

⁴⁰ Essa palavra é encontrada nos depoimentos para caracterizar, escola, educação, escolarização, aula e demais processos de ensino. Segundo o primeiro dicionário da língua portuguesa (BLUTEAU, 1712, p. 349) *estudo* quer dizer “Aplicação do entendimento às letras. O estudo he (sic.) exercício da faculdade Intelectual, parte mais nobre do ser humano”. Tomando essa definição que amplia, no meu entendimento, o significado da palavra e traduz em certa medida, o que os sujeitos quiseram dizer quando a utilizaram, é que a mantenho no texto.

vínculos com essas pessoas, ganhei em diversidade, pois não teria tempo para ouvir tantos e tão diversos sujeitos, numa temporalidade relativamente grande.

Refletindo sobre esse processo, penso que, a cumplicidade, sentida ao ouvir as fitas, o carinho, o tom de sigilo (mesmo com a consciência que fariam parte de um arquivo), a espontaneidade percebida e a sensação de que cada rememorador estava esperando uma visita a muito devida é fato decorrente das entrevistas terem sido realizadas por uma pessoa que possuía intimidade com o entrevistado devido ao respeito e confiança que obtive em função das atividades que desempenhou na coletividade. Levando a crer que a pesquisa, nesse caso, saiu enriquecida ao trabalhar com o Acervo.

Foi na diversidade do Acervo que outra categoria tomou forma assumindo uma proporção que não pode ser ignorada. Essa categoria diz respeito às relações de gênero. Essa, no princípio, não faziam parte do foco da pesquisa e, no entanto, vai sistematicamente se constituindo no item observação ou curiosidade, configurando assim outra categoria.

Assim ao ler o conjunto de fichas elaboradas, percebe-se a quantidade de anotações relacionadas a gênero e nesse caso, a importância desse aspecto, no contexto da pesquisa, no entanto ainda é possível identificar que:

Subsistem [...] muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços da memória e, ainda mais, da História, esse relato que, por muito tempo, 'esqueceu' as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT. 2005, p. 9)

Contudo, nas memórias examinadas, as mulheres, em sua maioria, partilharam os espaços e suas narrativas se impuseram, construindo “relações de gênero” como categoria de análise.

As categorias selecionadas para realização da pesquisa estão imbricadas às formas que a educação se constituiu nessa cidade, essas podem ser percebidas nos relatos que se seguem desdobradas muitas vezes em diferentes dimensões, para além, dos fatores econômicos e sociais.

Na voz do seu “Loca”, podemos ter uma idéia desses desdobramentos e das implicações do estudo para essa família:

[...] aqui no Segundo, só tinha até a 4ª série, quando as crianças passavam da 4ª série tinha que tira pra fora, saía tudo do bolso da gente, era muito difícil arruma colocação. [...] quem não morava lá tinha que pagá pensão, na época do Bento e da Cleusa eu me peguei com 600 cruzeiro de dívida do colégio, hoje até a 8ª série tem facilitação, naquele tempo não. [...], quando os mais velhos chegaram na idade de estudar nem escola tinha, durante três anos dei casa e comida pros professor que vinham, a sala de aula também era aqui em casa, a prefeitura só pagava o salário, durante três anos eu dei esse proveito pros aluno daqui, os meu e o dos vizinho. (Adelino Vargas de Andrade, entrevista, 2002)

O relato desse entrevistado, em particular, traz diferentes dimensões da educação formal, que vão além de questões pedagógicas. Assim, têm-se a dimensão econômica, pois afeta o orçamento familiar; a dimensão social, no sentido de que o estudo possibilita uma melhora na condição de vida, o que justifica ações que assumem um caráter solidário e a dimensão política, pois envolve a forma como as administrações públicas tratam a educação escolarizada no município.

Percebem-se os mesmos aspectos nas entrevistas do senhor Edmundo “O problema maior foi o estudo pra nós, aqui era uma época que não tinha aula, aqui não tinha grupo escolar, foi uma dificuldade” (Entrevista, 1994). Também no relato da professora Ilma.

[...] eu enfrentei muita dificuldade para poder estudar, e interna, com pouco dinheiro, naquela época internato era para filho de fazendeiro e não para quem tinha poucas posses, mas sempre fui muita bem recebida, nunca fui discriminada. Eu era muito estudiosa. (Entrevista, 1994)

Esses três relatos são de sujeitos pertencentes a três níveis econômicos distintos. Seu Loca era homem de poucas posses, trabalhou, quase toda sua vida, como peão de fazenda e operário; seu Edmundo era filho de fazendeiro, seu pai era homem abastado para a época, apesar de , como ele mesmo diz, ter muitos filhos; a professora Ilma era filha de um trabalhador de classe média, com dificuldade financeira segundo sua narrativa⁴¹. Todos eles relatam dificuldades com relação a estudar ou dar estudo aos filhos, ressaltando diferentes fatores responsáveis por essa condição. A dificuldade econômica é ponto em comum nas narrativas, porém, outros fatores, além do econômico, se entrelaçam para explicar como foram suas trajetórias com relação ao percurso de seu estudo.

⁴¹ Essas diferenças sociais são melhor identificadas na leitura das prosopografias referentes a esses três sujeitos (Anexo H).

O contexto econômico e a classe social desses entrevistados são distintos, no entanto, as narrativas têm pontos de convergência. Assim a análise das representações da educação nos três casos, não pode ser reduzida *a priori* a fatores econômicos e de classe social. Essa observação vai contra a concepção clássica da história social da cultura que “postula que as clivagens culturais são organizadas necessariamente com um recorte social construído previamente” (CHARTIER, 2002, p. 68).

Esses depoimentos permitem refletir sobre a idéia de que:

[...] as divisões culturais não se ordenam obrigatoriamente segundo uma grade única do recorte social. [...] A perspectiva deve ser invertida e delinear; primeiramente, a área social (freqüentemente compósita) onde circulam [...] uma norma cultural. Partir assim dos objetos, das formas, dos códigos, e não dos grupos, leva a considerar que [...] privilegiando a ‘classificação’, a história sócio cultural, ‘esqueceu que outros princípios de diferenciação, também plenamente sociais, podiam justificar as variações culturais’. É o caso das pertenças sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos profissionais. (CHARTIER, 2002, p. 69)

Essa pesquisa, portanto, tem como objetivo ir além do recorte social, a idéia é construir uma história da educação levando em conta os aspectos culturais, inserindo, na investigação, os elementos levantados por Chartier.

Com relação aos elementos culturais o mesmo autor justifica o significado atribuído a eles na pesquisa.

A cultura não está acima ou ao lado das relações econômicas e sociais, e não existe prática que não se articule sobre as representações pelas quais os indivíduos constroem o sentido de tal existência – um sentido inscrito nas palavras, nos gestos, nos ritos. [...] Não se pode restringir apenas a finalidade material ou a seus efeitos sociais as práticas que organizam as atividades econômicas e tecem os vínculos entre os indivíduos: todas são ao mesmo tempo “culturais”, já que traduzem em atos as maneiras plurais como os homens dão significação ao mundo que é seu. Portanto, toda história, quer se diga econômica, social ou religiosa, exige o estudo dos sistemas de representação e dos atos que eles geram. Por isso ela é cultural. (2003, p. 18)

Portanto, os elementos culturais compõem os pressupostos que norteiam a idéia da pesquisa, ou seja, que o desenvolvimento e a sistematização da educação no município de Bom Jesus vai além dos fatores econômicos e sociais.

É devido a essa opção que analiso, nos depoimentos, a política, a religião, o trabalho e as questões de gênero, pois acredito que esses aspectos se entrelaçam

no processo de construção da educação do Município, trazendo a dimensão da História Cultural do Social (CHARTIER, 2002, p. 67) para a pesquisa.

As vozes que analiso dão a perceber a importância do estudo, em épocas tão longe do agora. Partilhamos, com a escuta dos relatos, das angústias, tristezas, alegrias, conquistas e frustrações de pais, professores ou daqueles que foram somente alunos e que “só gostariam de poder estudar”.

Os relatos orais sobre o passado englobam explicitamente a experiência subjetiva. Isso já foi considerado uma limitação, mas hoje é reconhecido como uma das principais virtudes da história oral: Fatos pinçados aqui e ali nas histórias de vida dão ensejo a percepções de como um modo de entender o passado é construído, processado e integrado à vida de uma pessoa. (CRUIKHANK, 2002, p. 149)

Com a escuta das entrevistas e a opção de registrar as falas de forma a pinçar os assuntos, transcrevo somente aqueles que julguei conduzirem à reflexão sobre como se constituiu a sistematização da educação, em uma cidade, a partir de memórias vinculadas a trabalho, à religião, a relações de gênero, à política e a estudo. Faço isso com o **objetivo de analisar a possibilidade de que, a cidade sistematiza e institucionaliza a educação dos sujeitos. Esses sujeitos se educam e constroem lugares de memória; desses lugares, emergem uma história dos espaços e tempos da educação.**

O capítulo 4 inicia pela construção de uma história da educação na Cidade, baseada, em princípio, da análise das “relações de gênero” como categoria e na possibilidade de entender a constituição de uma mentalidade, no que diz respeito ao estudo e a educação institucionalizada de meninos e meninas, a partir da compreensão dessas relações. Seguindo com a história, das vidas, das primeiras professoras nomeadas pelo Estado para trabalhar em Bom Jesus e de outros professores que fizeram parte desse contexto, num percurso de construção histórica do processo de institucionalização da educação na Cidade.